



Instituto de Pesquisas Ecológicas

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

SILAS MARQUES FERREIRA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL ACERCA DA TERRA INDÍGENA *URU EU WAU WAU*
EM RONDÔNIA**

**NAZARÉ PAULISTA - SP
2017**



SILAS MARQUES FERREIRA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL ACERCA DA TERRA INDÍGENA *URU EU WAU WAU*
EM RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ecologia.

Orientadores: Prof^a. Dra. Suzana de Pádua, DSc. Prof. Dr. Alexandre Uezu, DSc.

**NAZARÉ PAULISTA – SP
2017**

Ficha Catalográfica

Ferreira, Silas Marques;
F383p Percepção ambiental acerca da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* em
Rondônia/ Silas Marques Ferreira. – Nazaré Paulista, SP : 2017
99 f ; 30 cm

Dissertação - (Mestrado) – Escola Superior de Conservação Ambiental e
Sustentabilidade / IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2016.
Orientadores: Suzana M. Padua. Alexandre Uezu.

1. Terra Indígena. 2. Percepção Ambiental. 3. Ocupação. 4. *Uru Eu Wau Wau*. 5. Rondônia. I. Ferreira, Silas Marques. II. Instituto de Pesquisas Ecológicas. III. Título.

CDD 301



Instituto de Pesquisas Ecológicas

FOLHA DE APROVAÇÃO

SILAS MARQUES FERREIRA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL ACERCA DA TERRA INDÍGENA *URU EU WAU WAU* EM RONDÔNIA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ecologia.

Orientadores: Prof^a. Dra. Suzana Machado Padua, DSc. Prof. Dr. Alexandre Uezu, DSc.

BANCA EXAMINADORA



Dedicado aos que me deram a vida e a possibilidade de chegar até aqui, meus pais, Dair José Ferreira e Maria Alice Ferreira.



AGRADECIMENTOS

Minha gratidão e honra, aos meus pais, e a todos os mestres que me serviram de bom exemplo e inspiração para o meu caminho.

Maria Alice Ferreira, minha mãe, primeira professora da educação escolar, e mestra por toda a vida.

A Geógrafa Rosângela das Dores Reis (*in memoriam*), pelo exemplo de dedicação ao trabalho ético, com o meio socioambiental.

A Sócio linguista Ednéia Aparecida Isidoro, MSc, pela confiança da primeira oportunidade de trabalho com povos indígenas.

Ao Padrinho Edilson Fernandes da Silva e Madrinha Maria José da Silva, pelo exemplo da prática zelosa de uma missão espiritual.

Aos meus orientadores, pelas valiosas contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

Aos Professores Claudio Padua, Dsc. Suzana Padua, Dsc. e a toda equipe do IPÊ/ESCAS que proporcionaram este mestrado.

As escolas rurais pesquisadas, pelo espaço para a realização deste estudo, e aos alunos que responderam a esta pesquisa.

RESUMO

Um dos fatores de influência da qualidade ambiental das áreas protegidas está relacionado à condição do seu entorno. Em meio ao contexto de ocupação do estado de Rondônia, por não índios, os povos indígenas da região foram expropriados de suas terras. Dentre os locais de intenso conflito, estava a área dos índios *Uru Eu Wau Wau*. Esta pesquisa teve como objetivo, identificar a percepção ambiental da comunidade adjacente a Terra Indígena e foi realizada com estudantes de escolas rurais, localizadas no seu entorno. Este estudo utilizou-se da aplicação de questionários abertos diretos, e o emprego de mapas afetivos para a representação da Terra Indígena pelos estudantes. Em 32% dos estudantes pesquisados, foi registrado o aspecto topofílico, sendo que os rios foram destacados em 25% das respostas e em 55% dos desenhos. 86% dos estudantes acham que os rios da região onde vivem contribuem para o abastecimento de água das cidades de Rondônia, e 73% responderam que esses rios contribuem para a geração de energia elétrica. No entanto, 65% dos estudantes, não sabem que nascem rios na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, e 84%, não conhecem nenhum rio que nasça nessa área. 86% das crianças pesquisadas nunca foram a Terra Indígena e 41% não sabem que vivem índios na área. Este estudo indica a necessidade de ações educativas nas escolas do entorno da Terra Indígena, que informem sobre os seus atributos.

Palavras-chaves: Terra Indígena. Percepção Ambiental. Ocupação. *Uru Eu Wau Wau*. Rondônia.



ABSTRACT

One of the factors influencing the environmental quality of protected areas is related to the condition of their environment. Amid the context of occupation of the state of Rondônia, by non-Indians, the indigenous peoples of the region were expropriated from their lands. Among the places of intense conflict was the area of the Uru Eu Wau Wau Indians. This research aimed to identify the environmental perception of the community surrounding this Indigenous Land and was carried out with students from rural schools, located in their surroundings. This study was based on the application of direct open questionnaires and the use of affective maps for the representation of the Indigenous Land by the students. In 32% of the students surveyed, the topofílico aspect was recorded, with the rivers being highlighted in 25% of the answers and in 55% of the drawings. 86% of the students believe that the rivers in the region where they live contribute to the water supply of the cities of Rondônia, and 73% said that these rivers contribute to the generation of electric energy. However, 65% of the students, do not know that rivers are born in the Uru Eu Wau Wau Indigenous Land, and 84%, do not know any river that is born in that area. 86% of the children surveyed were never Indigenous Land and 41% did not know that Indians live in the area. This study indicates the need for educational actions in schools around the Indigenous Land that inform about their attributes.

Keywords: Indigenous Land. Environmental Awareness. Occupation. *Uru Eu Wau Wau*. Rondônia.



LISTA DE ABREVIACÕES

CAETA	Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
IUCN	União Internacional Para a Conservação da Natureza
MAB	Man and Biosphere
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
TI	Terra Indígena
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ritual tradicional <i>Yreruá</i>	2
Figura 2: Serra do Pacaás Novos	2
Figura 3: Rio Cautário.	2
Figura 4: Tapiri dos índios isolados.	2
Figura 5: Acesso aberto pelos invasores para o furto de madeira.....	2
Figura 6: Serra da Porta.....	2
Figura 7: <i>Momotus momota</i> (Udu de Coroa Azul).....	2
Figura 8: Cachoeira do Rio Jaci Paraná.	2
Figura 9: Sobreposição do Parque Nacional do Pacaás Novos à TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 10: Hidrografia da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 11: <i>Jupau</i> utilizando elementos da cultura.	2
Figura 12: Moradia tradicional <i>Jupau</i>	2
Figura 13: Localização das escolas pesquisadas em relação à TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 14: Aplicação de Questionários na E M E F Justino Luis Ronconi.....	2
Figura 15: Faixa etária dos estudantes pesquisados.	2
Figura 16: O que os estudantes mais gostam no lugar onde vivem.....	2
Figura 17: Elementos predominantes nos desenhos dos estudantes.	2
Figura 18: Estudantes que acham que os rios da região onde moram ajudam no abastecimento de água das cidades.	2
Figura 19: Estudantes que acham que os rios da região onde moram contribuem para a geração de energia elétrica.....	2
Figura 20: Estudantes que sabem que nascem rios na TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 21: Estudantes que conhecem algum rio que nasce na TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 22: Estudantes que já foram a TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 23: Estudantes que sabem que existem índios na TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 24: Estudantes que sabem algo sobre os índios da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 25: Referência aos índios nos desenhos da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 26: Estudantes que acham a floresta da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i> contribui com o meio ambiente.	2
Figura 27: Classes de animais representados nos desenhos da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 28: Desenho da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 29: Desenho da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 30: Desenho da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2



Figura 31: Área da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 32: Desenho da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 33: Desenho da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 34: Desenho da TI a <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 35: Desenho da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2
Figura 36: Desenho da TI <i>Uru Eu Wau Wau</i>	2

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas Pesquisadas	2
-------------------------------------	---

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Percepção Ambiental.....	15
2.2 Rondônia: A ocupação pelos não índios.....	17
2.3 Terra Indígena <i>Uru Eu Wau Wau</i> : a demarcação.....	24
2.4 A Biodiversidade da Terra Indígena <i>Uru Eu Wau Wau</i>	31
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	34
3.1 Caracterização da Área de Estudo.....	34
3.2 Instrumentos.....	38
3.3 Coleta e Análise dos Dados.....	39
3.3.1 Amostra.....	39
3.3.2 Procedimentos.....	41
3.4 Análise dos dados.....	42
4 RESULTADOS.....	43
5 DISCUSSÃO.....	51
6 CONCLUSÕES.....	60
7 RECOMENDAÇÕES.....	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE.....	69
ANEXO.....	73

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de proteger os recursos naturais considerando as dimensões ecológicas, socioculturais e econômicas, emerge com a busca de melhor compreensão da relação do ser humano com a natureza.

Na Amazônia brasileira estão presentes distintos grupos sociais, os quais estabelecem diferentes relações com as florestas e as áreas protegidas. A relação entre esses grupos e a natureza resulta na configuração do ambiente da região.

De acordo com o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA, 2008, p. 9):

A criação e implementação de Áreas Protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) na Amazônia Legal tem sido uma estratégia eficaz para conservar grandes áreas contíguas de floresta e, assim, contribuir para a manutenção de ecossistemas e serviços ambientais [...].

No Brasil, as Terras Indígenas (TI) são áreas protegidas que contribuem para a conservação de grandes áreas de florestas. Somadas, representam 13,8% do território nacional. Na Amazônia brasileira representam 22,25% do território (TNC, 2016; ISA, 2015) e, no estado de Rondônia (RO), representam 20,82% da área do estado (GTA, 2008).

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) define área protegida como, “um espaço geograficamente definido, reconhecido e gerido por meio legal, para a conservação da natureza e dos recursos naturais e culturais associados” (IUCN, 2008, p. 2, tradução nossa)¹.

Um dos principais fatores de influência da qualidade ambiental dessas áreas protegidas está relacionado à condição do seu entorno.

Mesmo com a proteção legal, muitas dessas áreas sofrem pressões antrópicas constantes. A caça e a exploração ilegal de madeira são exemplos de pressões nas áreas protegidas, que ocorrem nos seus entornos (LAURANCE, 2012). Deste modo, a

¹ A clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values.

percepção ambiental, das comunidades adjacentes às áreas protegidas, se torna um fator relevante para a sua proteção.

É, portanto, fundamental que se compreenda como pensam e agem as comunidades, que vivem no entorno dessas áreas, para se construir um relacionamento que possa vir a favorecer as condições sociais e ambientais da localidade.

Este estudo foi realizado com crianças, estudantes do sexto ano de escolas rurais, localizadas no entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, no estado de Rondônia (RO).

Sobre a realização de pesquisa com esse público, Saramago (2001, p. 11) afirma que:

A escola constitui uma excelente oportunidade de contacto com um número muito significativo de crianças, cuja organização própria do sistema de ensino já permite encontrar agrupadas segundo características comuns - a idade e o nível de ensino frequentado -, encontrando-se estes dois atributos em correspondência mais ou menos directa.

Nessa fase, conforme indicam Bezerra et al. (2008, p. 150), “os alunos já dominam razoavelmente a escrita, mas ainda estão na fase da infância, trazendo consigo um conhecimento prévio do ambiente”.

Deste modo, esse público foi selecionado para esta pesquisa, como indicador de percepção ambiental sobre a Terra Indígena, pois tem maior possibilidade de apresentar respostas mais livres de influências, comuns as faixas etárias mais elevadas.

Os estudantes que participaram desta pesquisa vivem no entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*. Essa área protegida é o território tradicional dos povos indígenas *Jupaú*, *Amondawa*, *Oro In*, e de grupos de índios isolados, os quais vivem sem qualquer contato com a sociedade externa.

O entorno dessa Terra Indígena é ocupado por fazendas, e também por pequenos produtores que vieram para a região durante o processo de ocupação do estado de Rondônia (RO), por não indígenas, ao longo das últimas décadas, em busca de terras. Nessas propriedades, a floresta foi substituída por pastagens, e a pecuária é a principal atividade praticada.

As áreas protegidas dessa região sofrem forte pressão de invasão e de exploração ilegal de madeira, pois são os últimos redutos de floresta existentes no estado. Nessa circunstância, a população adjacente a esse território indígena, pode contribuir sobremaneira com a sua conservação, para tanto é importante que saibam como essa área os beneficia.

Um dos caminhos para propagar esses benefícios, é por meio de atividades de educação ambiental, tais atividades podem ser eficazes para a conservação dessas áreas, ao difundir os benefícios gerados pelas florestas, e o papel que os povos indígenas exercem na sua proteção, porquanto a “[...] desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos [...]” (JACOBI, 2003, p.192).

Para melhor compreensão dos fatores que levaram a atual condição de degradação ambiental no estado de Rondônia (RO), este estudo apresenta também, o histórico de ocupação dessa região pelos não índios, ressaltando os principais movimentos de exploração econômica que resultaram no atual cenário ambiental, no qual a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* representa uma parte das áreas de florestas restantes, o que se deve a resistência e sobrevivência dos diversos povos indígenas que nela vivem, e que ainda hoje tem seu território ameaçado pela ação de invasores que tentam usurpar suas terras.

A escolha deste tema para esta pesquisa remete a minha própria história, e da minha família, uma das muitas que vieram de outras regiões do Brasil e se estabeleceu próxima a essa Terra Indígena, o que me permitiu o primeiro contato com essa área protegida e com povos indígenas ainda na infância, o que influenciou a minha formação como biólogo e atuação profissional como indigenista.

Esta pesquisa teve como objetivo geral, identificar a percepção ambiental de estudantes de escolas rurais do entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* sobre a importância dos serviços ambientais gerados pela floresta dessa área, e sobre a relevância desse território para a perpetuação da cultura dos povos indígenas que nela vivem. E teve também os seguintes objetivos específicos:

- Observar o conhecimento dos alunos de escolas rurais adjacentes à Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* sobre os rios que nascem nessa Terra Indígena;
- Identificar a conhecimento dos alunos de escolas adjacentes à Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* sobre os povos indígenas que nela vivem; e
- Elaborar uma cartilha sobre educação ambiental voltada a conservação da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

O referencial teórico deste estudo está organizado apresentando primeiramente a conceituação teórico-metodológica relacionada ao tema, em seguida, apresentamos a revisão histórica do processo de ocupação de Rondônia pelos não índios; a demarcação da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*; e a sua biodiversidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Percepção Ambiental

Para o programa *Man and Biosphere* (MAB) da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (WHYTE, 1978, p. 18, tradução nossa)²:

[...] percepção ambiental significa tomada de consciência e a compreensão do meio ambiente pelo homem no sentido mais amplo, envolvendo bem mais que uma percepção sensorial individual, como a visão ou a audição.

Esta pesquisa se utiliza desta definição, como referência, para percepção sobre a relação comunidade e paisagem, considerada como espaço vivido, com alunos de escolas do entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, no estado de Rondônia (RO).

A percepção da paisagem envolve dimensões naturais e culturais, e envolve juízo de valor e crenças sobre o ambiente (NAVEH, 2001; DIEGUES, 2001).

Sobre esta relação com o ambiente, Diegues (2001, p. 64) destacou que:

Enquanto a floresta tropical amazônica representa para as tribos indígenas o seu hábitat conhecido e acolhedor, morada dos antepassados, para o colono vindo do sul do Brasil, ela representa um obstáculo a ser vencido para se implantar a agricultura e a pecuária moderna, fonte potencial de lucro.

Deste modo, o sistema econômico de cada grupo social, é decisivo na relação deste, com a exploração dos recursos naturais, e determina “o ‘bom’ e o ‘mau uso’ dos recursos naturais, segundo uma racionalidade intencional específica” (DIEGUES, 2001, p. 64).

Para Diegues (2001, p. 2) “As sociedades, ao agir sobre a natureza dispõem de representações mentais sobre o significado e finalidade do mundo natural [...]”, e age sobre o meio ambiente, com base no sistema de representações que faz do mesmo (DIEGUES, 2001).

²Perception de l'environnement" signifie la prise de conscience et la compréhension par l'homme de l'environnement au sens large. Elle doit être considérée comme recouvrant bien davantage qu'une perception sensorielle individuelle, telle que vision ou audition. Cette définition large de la perception est utilisée dans le cadre du Programme MAB (UNESCO, 1973 et 1974).

Torna-se, assim, necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente.

Jodelet (1993, p. 5), afirma que a representação “corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto”, o qual pode ser real ou imaginário, sendo que a modalidade de pensamento por sua vez, tem sua especificidade em seu caráter social (JODELET, 1993).

A partir das representações de determinados grupos sobre o meio ambiente, estratégias de conservação podem ser adotadas, com foco nesses grupos específicos. Para tanto, a educação ambiental tem um papel importante.

Para Jacobi (2003, p.190) “A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental”.

No Brasil, devido a sua relevância nas ações de proteção dos recursos naturais, a educação ambiental tem um respaldo legal.

A Lei 9.795 de 1999 (BRASIL, 1999) define a Política Nacional de Educação ambiental por processos através dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Sobre esse processo de construção da sociedade, Diegues (2001, p. 14) destaca que:

É importante que a educação ambiental se baseie na análise crítica das relações entre o homem e a natureza, entendendo e combatendo, de um lado as causas da degradação ambiental e, de outro, valorizando aquelas sociedades que manifestem um respeito, uma interação mais harmoniosa com o mundo natural e seus ciclos.

Padua et al. (2006, p. 544), afirmam que a educação ambiental é “uma ferramenta de grande importância para a conservação de áreas naturais, agora comumente ameaçadas”.

Essa ferramenta pode ser o diferencial nas estratégias de proteção dessas áreas, e na conservação da biodiversidade, considerando que “As diversidades

biológica e cultural estão geralmente ligadas” (PRIMACK, 2001, p.281). Deste modo, é indispensável contemplar o meio social nas ações de proteção ambiental. De acordo com Leff (2009, p.23) “A pedagogia ambiental abre o pensamento para apreender o ambiente, a partir do potencial ecológico da natureza e dos sentidos culturais que mobilizam a construção social da história”.

2.2 Rondônia: A ocupação pelos não índios

A atual conformação do estado de Rondônia é o resultado de diversos movimentos de ocupação da região, por índios e não índios.

Os não índios que vieram para Rondônia se deslocaram, com maior expressão, do estado do Paraná (PR), mas também vieram do Nordeste e de outras regiões do Brasil, motivados principalmente pela busca de Terras, e para a extração de seringa e minérios.

Os movimentos que concorreram para a atual configuração ambiental e social dessa região tiveram início no século XIX, quando um grande contingente se deslocou para Rondônia motivada pela exploração da borracha nativa da Amazônia, para atender as demandas de países recém-industrializados. Esse período, entre 1877 e 1912, ficou conhecido como o Primeiro Ciclo da Borracha. De acordo com o Instituto Bioterra (2013, p. 5): “Estima-se que mais de oito mil homens tenham se estabelecido nos seringais, dentre os quais, estavam principalmente nordestinos atingidos pela grande seca de 1877”.

A extração da borracha na Amazônia também motivou a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim na fronteira com a Bolívia.

A construção dessa ferrovia fez parte de um acordo, conforme indica Reyes (2009, p.173):

[...] a Bolívia cederia o território do Acre ao Brasil em troca de dois milhões de libras esterlinas e o governo brasileiro se comprometeria a construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, para superar o trecho encachoeirado do rio Madeira, possibilitando o acesso das mercadorias bolivianas aos portos brasileiros do Atlântico.

Essa obra demandou a mão de obra de mais de 20 mil trabalhadores do Brasil e também advindos de outros países para a sua execução. As obras tiveram início no ano de 1872, mas somente na sua terceira tentativa de construção, no ano de 1907, é que a execução dos seus 364 km de extensão teve êxito. A ferrovia foi então concluída no ano de 1912 (BIOTERRA, 2013).

Neste mesmo ano, também teve fim o primeiro ciclo da borracha, pois a semente da seringueira (*Hevea brasiliensis*) nativa da Amazônia havia sido biopirataada para outros países, que passaram a produzir com sucesso. A borracha produzida, até aquele momento, na Amazônia, foi substituída pela cultivada na Ásia em bases comerciais (CASTRO et al., 2009; BIOTERRA, 2013).

No período da Segunda Guerra Mundial, os países que se tornaram grandes produtores de borracha na Ásia foram dominados pelos japoneses, que cortaram o fornecimento de borracha para os Estados Unidos. Os Estados Unidos, sem essa matéria-prima indispensável à guerra, incentivaram o Brasil com fomentos financeiros para a retomada da produção da borracha. Para o governo brasileiro, era também uma oportunidade que surgia para amenizar um dos mais graves problemas socioambientais do Brasil à época, o dos flagelados da seca do Nordeste (PONTES, 2015; ÚMIDAS, 1999; SILVA et al., 2010).

Essa situação gerou um novo movimento migratório para a região de Rondônia, que ficou conhecido como o Segundo Ciclo da Borracha. A migração dessa vez foi feita por meio dos órgãos criados pelo Governo Brasileiro para esse fim: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA).

Esses órgãos foram criados, como parte dos acordos de Washington, com a finalidade principal de alistar compulsoriamente, treinar e transportar nordestinos, para a extração da borracha em seringais da Amazônia, com o intuito de fornecer matéria-prima para os aliados da II Guerra Mundial (PONTES, 2015; BIOTERRA, 2013). Segundo o Instituto Bioterra (2013, p. 11): “Estima-se que mais de 30.000 pessoas tenham se deslocado para a Amazônia com o intuito de trabalharem como soldados da borracha”.

Porém, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o acesso às regiões produtoras de borracha na Ásia foi novamente aberto. Tão logo encerrou a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos cancelaram os acordos com o Brasil referentes à produção de borracha, dando fim ao Segundo Ciclo da Borracha.

Na década de 1950, foram descobertas jazidas aluvionares de cassiterita no norte de Rondônia, o que deu início à atividade garimpeira na região. Migrantes oriundos de diversos estados do Brasil migraram para Rondônia para a exploração dos garimpos, que fomentou a economia da região de 1958 a 1970. No ano de 1971, a garimpagem do minério de forma manual foi proibida pelo Ministério de Minas e Energia, provocando assim a substituição dos garimpeiros por grandes empresas de mineração (BIOTERRA, 2013; COY, 1987).

A garimpagem da cassiterita em Rondônia durante os anos de 1950 foi, também, um dos principais motivos para a construção da estrada de Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco, única ligação terrestre de toda a Amazônia ocidental ao centro do País. Essa estrada foi construída a partir do antigo traçado aberto pela Comissão Rondon, no período de 1907 a 1915 para a construção das linhas telegráficas. A construção da estrada teve início no governo Kubitschek e foi concluída em meados dos anos de 1960 (BIOTERRA, 2013; COY, 1987; LEAL, 1984).

O fechamento da fronteira no Paraná, juntamente com o processo de modernização no campo e a tensão agrária no Nordeste, são fatores que também influenciaram a ocupação do território rondoniense de forma mais permanente.

O estado do Paraná recebeu, na década de 1960, principalmente na sua fronteira oeste, grande quantidade de agricultores vindos de várias regiões brasileiras. O fechamento dessa fronteira, aliado ao acelerado processo de modernização agrícola, expulsou uma larga parcela dos produtores paranaenses que, por sua vez, migraram massivamente para o território de Rondônia.

Souza e Pessoa (2009, p. 6) afirmam que “O fluxo migratório proveniente do Paraná compôs mais de 40% dos colonos assentados em Rondônia na década de 1970”. Os conflitos pela terra, deflagrados desde a década de 1950 no Nordeste, também concorreram para a ocupação da Amazônia nos anos 1970 (COY, 1987; SOUZA e PESSÔA, 2009).

Dentre os colonos que chegavam ao estado, havia um excedente em relação à quantidade de lotes disponíveis para assentamentos, de modo que “O elevado fluxo migratório direcionado para o estado e a proposta conservadora do governo militar levou a uma intensa desestruturação na posse da terra” (SOUZA e PESSÔA, 2009, p. 10).

Rondônia recebia as famílias que eram instaladas nos projetos de assentamento rural, mas além dessas, muitas outras chegavam à região, tangidas por um fluxo migratório espontâneo. E estas não tinham seus lotes de terra garantidos nos assentamentos, e assim se somavam na ocupação de áreas não demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Essa situação acrescia a disputa pela terra entre índios e posseiros, acarretando conflitos com povos indígenas que tinham suas terras invadidas, provocando a morte de milhares de índios em combates ou com epidemias (ISA, 2003).

Como resultado da intensa migração, Rondônia teve uma explosão demográfica durante os anos de 1970. “Rondônia tinha o desenvolvimento demográfico regional mais elevado do Brasil, caracterizado por uma taxa de crescimento anual de 15,8%” (COY, 1988, p. 9).

Em 1981, foi estabelecido o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), promovido com recursos do governo brasileiro e do Banco Mundial, com valor aproximado de 1,5 bilhão de dólares.

Esse programa tinha como proposta, amenizar as tensões dos conflitos agrários em Mato Grosso e Rondônia, ao mesmo tempo em que promoveria o desenvolvimento econômico da região, tendo como núcleo central o asfaltamento da BR 364 de Cuiabá a Porto Velho. No entanto, os recursos previstos pelo POLONOROESTE foram aplicados basicamente no estabelecimento de infraestrutura produtiva para a região atendida.

A infraestrutura foi priorizada de tal forma que mesmo os recursos que deveriam fortalecer as políticas socioambientais, foram realocados para a criação de infraestrutura, principalmente viária (COY, 1987; MINDLIN, 1988).

Coy (1987, p. 19) indica que “Somente o projeto de asfaltamento da BR 364, foi responsável pelo consumo de 42% de todos os recursos destinados ao programa nos estados de Rondônia e Mato Grosso”.

O programa não atendeu a proposta de amenizar os impactos socioambientais gerados pela colonização, e ainda se tornou um dos fatores de aumento das desigualdades sociais e do desmatamento da região. A pavimentação asfáltica da BR 364 favorecia o desenvolvimento econômico de grandes latifundiários, e assim enfraquecia a legitimação dos pequenos posseiros e colonos.

A pavimentação dessa rodovia, também abriu os caminhos, para o estabelecimento de grandes empresas do ramo madeireiro e de mineração, potencializando o intenso desmatamento da região. Na década de 1980, dois milhões de hectares foram desmatados em dez anos. Após a pavimentação da BR 364, a chegada de colonos a Rondônia aumentou com a vinda de mais de 200 mil colonos anualmente, gerando um crescimento populacional de 15 a 20% ao ano (MINDLIN, 1987).

Este cenário agravou ainda mais as questões agrárias no estado de Rondônia, de modo que “Esse programa foi responsável por intensificar a exclusão de posseiros, índios e camponeses” (SOUZA; PESSÔA, 2009, p. 12).

Sobre os impactos socioambientais provocados pelo programa, Mindlin (1988, p. 1) enfatiza que:

[...] o Programa Polonoroeste, em Mato Grosso e Rondônia tornou-se tristemente famoso, por ser um dos projetos econômicos brasileiros com financiamento de bancos multilaterais – do Banco Mundial – onde mais informações houve sobre a dramática situação dos índios.

O POLONOROESTE foi responsável por acelerar em muito o cerco no entorno das áreas indígenas, e provocou grandes alterações nas condições de vida dos povos indígenas da região, sendo recorrente a exploração dos recursos florestais e minerários dentro das áreas indígenas, que contava com a convivência e incentivo do governo federal (MINDLIN, 1987; LEONEL, 1995).

Mindlin (1987, p. 9), destaca que “O presidente da FUNAI não hesitava em afirmar que a instituição deve ter uma política empresarial de obter recursos financeiros pela venda de madeira ou minério”, tornando clara a intenção do governo de tirar algum proveito da floresta, mesmo das áreas indígenas.

A essa altura da ocupação de Rondônia por não índios, já havia uma dinâmica na transformação da paisagem após a ocupação da terra, tanto por pequenos posseiros

ou por grandes latifundiários. A propriedade era desmatada e posteriormente queimada para o cultivo de pastagem, sendo este o método mais comum para a substituição da floresta.

Este modelo de ocupação foi descrito por Fearnside (1983, p. 3, tradução nossa)³:

[...] posseiros não autorizados, em áreas grandes e pequenas, comumente ocupavam as áreas florestais; o desmatamento era o principal meio para garantir reivindicações de posse da terra. Uma rede de estradas em rápida expansão foi à estratégia para facilitar a entrada de imigrantes (e especuladores) para áreas florestais anteriormente intocadas, incluindo reservas biológicas e reservas indígenas.

Os projetos de colonização associados ao asfaltamento da BR 364 foram determinantes para o desmatamento em Rondônia, pois abriram as fronteiras da região para as atividades agropecuárias com o uso de baixas tecnologias como o fogo, associadas à falta de conhecimento do meio físico ecológico e social da região (FERREIRA et al., 2011; LEONEL, 1995).

Esse cenário caótico despertou preocupações com o equilíbrio ecológico mundial e provocou repercussões no âmbito internacional, fazendo com que Rondônia sofresse severas críticas pelo problema da ocupação da Amazônia, conforme registrou Mindlin (1988, p. 1):

Notícias na imprensa brasileira e internacional circularam, demonstrando que o governo brasileiro não estava cumprindo a contento o compromisso de defesa das terras e sobrevivência indígena, assumido no contrato de empréstimo tomado do banco mundial para a realização do programa. O Banco Mundial, por sua vez, foi alvo de críticas de organizações ambientalistas e de defesa do índio, que contestavam o apoio financeiro internacional a programas econômicos destruidores do meio ambiente e da cultura indígena.

De acordo com Ferreira et al. (2011, p. 3): “para superar as críticas em torno da ocupação e do desmatamento, foi necessário o Estado promover um processo de correção de rumos do POLONOROESTE”. Foi quando o Banco Mundial, o governo federal e o governo de Rondônia estabeleceram, a partir de 1986, o Plano Agropecuário

³Unauthorized squatters, on areas both large and small, commonly occupy forested land; deforestation is used as the principal means of securing land-tenure claims. A rapidly expanding network of road is facilitating the entry of migrants (and speculators) to previously untouched forest areas, including biological reserves and ameridians reservations.

e Florestal do Estado de Rondônia (PLANAFLORO), como resposta aos graves problemas sociais e ecológicos resultantes da intensificação da apropriação e uso dos recursos naturais em favor da agropecuária, exploração madeireira e mineral, gerados pelo POLONOROESTE (MARINHO; OTT, 2006).

O PLANAFLORO, por sua vez, incorporava a ideia de regulação do uso do território e era estruturado em torno do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, do qual Rondônia e Mato Grosso foram os primeiros estados da Amazônia Legal a concluir. Esse Plano tinha dentre seus objetivos, conservar a biodiversidade de Rondônia e proteger e fazer valer as fronteiras de todas as Unidades de Conservação, Áreas Indígenas, florestas públicas e reservas extrativistas, bem como controlar e prevenir o desflorestamento, o transporte de madeira e as queimadas de florestas em Rondônia (FERREIRA et al., 2011).

No entanto, tanto o POLONOROESTE como o PLANAFLORO, foram programas que no seu planejamento não consideraram as necessidades específicas das populações e da economia do estado, o que pode ter levado à falta de sustentabilidade política para a sua implementação.

Em 1997 houve a Revisão do Meio Termo, que reestruturou o PLANAFLORO e construiu as bases para sua conclusão, iniciando uma nova fase do projeto, com maior participação da sociedade civil. De acordo com Ferreira et al. (2011, p. 3):

Os objetivos foram refinados, introduzindo-se com mais clareza a implementação do Zoneamento Agro Ecológico e Econômico de Rondônia e o suporte a iniciativas de desenvolvimento rural socioeconômico e conservação ao nível local.

Esses dois programas, também deixaram como saldo, o alto índice de desflorestamento existente em Rondônia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007): “Rondônia é o Estado Amazônico com maior percentual de área desmatada em relação ao território”.

Sobre o aumento da taxa de desmatamento em Rondônia, Ferreira et al. (2011, p. 3) enfatizam que:

O crescimento da população e a migração estimulada são apontados como fatores que aceleraram o desmatamento, além do crescimento da indústria madeireira, aliado à ampliação da rede viária e as queimadas realizadas para manejo de pastagens e áreas agrícolas.

Em meio a esse contexto de ocupação do estado de Rondônia por não índios, e de intenso desflorestamento, os povos indígenas da região foram expropriados de suas terras. Os diversos projetos integrados e dirigidos de colonização não resolveram a situação agrária da região e ainda intensificaram os conflitos pela terra (COY, 1987; SOUZA; PESSÔA, 2009).

Os não índios ocuparam o estado de Rondônia (RO) de forma permanente, e passaram a compor a população do estado que configurou a atual paisagem.

2.3 Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*: a demarcação

Dentre os locais de intenso conflito entre indígenas e colonos estava a área dos índios *Uru Eu Wau Wau* (Figura 1), que até a sua demarcação foi alvo de disputas do interesse público e privado para diversos projetos de desenvolvimento da região como estradas, hidrelétricas, assentamentos rurais, mineradoras, madeireiras, seringalistas e agropecuárias (LEONEL, 1995).



Figura 1: Os índios da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* foram contactados pela FUNAI no início da década de 1980. Na foto (à época do primeiro contato), os *Jupau* dançam em um ritual tradicional denominado *Yreruá*.

Fonte: Organização Kanindé (2002).

A criação do Parque Nacional dos Pacaás Novos, em 1979, e da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, em 1985, se deu em pleno regime militar e, conforme indica Diegues (2001, p.116-117):

[...] essa época coincidiu com o grande endividamento externo brasileiro, causado pela solicitação de financiamentos a entidades bi ou multilaterais. Essas organizações, como o Banco Mundial e o BID, começaram a colocar e fazer respeitar cláusulas da conservação ambiental para grandes projetos (criação de unidades de conservação, áreas indígenas), sobretudo na Amazônia. Havia pouca mobilização social para a criação de unidades de conservação, dependendo, principalmente, da ação de cientistas e alguns poucos conservacionistas com acesso relativamente fácil ao governo militar.

O decreto de criação da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* reconhece em 764.801 ha, dentre o total da área, a existência do Parque Nacional do Pacaás Novos (Figura 2), totalmente sobreposto à Terra Indígena, criado pelo Decreto Federal Nº 84.019 de 21 de setembro de 1979 (BRASIL, 1979).



Figura 2: No interior da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, existem diversas montanhas. Na foto, a Serra do Pacaás Novos que dá nome ao Parque Nacional, totalmente sobreposto a Terra Indígena.

Fonte: Organização Kanindé (2002).

Na Amazônia, é recorrente a sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, o que tende a ser um fator de preservação, visando o usufruto e a garantia da renovabilidade dos recursos naturais, segundo Leonel (1995).

No final da década de 1970, o Departamento Geográfico do Exército Brasileiro foi contratado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para realizar a demarcação da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, que por sua vez subcontratou uma empresa para concluir os trabalhos de demarcação física. No dia 09 de julho de 1985, a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* foi demarcada pelo Decreto-Lei N° 91.416 (BRASIL, 1985).

Sobre a demarcação desse território, Leonel (1987, p. 418) indica que:

[...] pretendeu, ao mesmo tempo, pôr fim aos graves conflitos entre índios e colonos, no centro de Rondônia, e iniciar uma nova era na proteção de grupos indígenas isolados, em fase de contato. Criou a Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, reconhecendo ali a presença de índios e os seus direitos a terra, e, simultaneamente, uma área de preservação ambiental que obrigava o extinto IBDF e FUNAI a um duplo esforço de proteção, através de um convênio.

Esse decreto demarcatório constituiu uma tentativa inédita na história da proteção ambiental no país, pois pela primeira vez se tentou que uma área com presença indígena fosse também de preservação ambiental, pois sobre a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* incidia o Parque Nacional dos Pacaás Novos (LEONEL, 1995).

No entanto, mesmo com a demarcação, que deveria assegurar a integridade da Terra Indígena, o interesse particular, principalmente de políticos e grandes empresários, imperava sobre o direito à sobrevivência dos índios.

Conforme Leonel (1995, p. 194):

[...] em 11 de janeiro de 1990, o então ministro da justiça Saulo Ramos escreve ao ministro do interior, João Alves Filho “Atendendo a solicitação do Presidente Sarney, rogo-lhe apressar o reestudo dos limites da área indígena Uruéu-au-au.

O Ministro da Justiça Saulo Ramos, enfatiza que o governo federal está empenhado em retificar as distorções, apontadas pelo Grupo de Trabalho criado pela FUNAI para os estudos de demarcação da Terra Indígena, e esclarece:

O deputado Moisés Bennesby, cujas propriedades foram envolvidas pelos limites demarcatórios assinalados no Decreto N° 91.416 de 1985, aguarda a nova delimitação da área para ter suas terras, que vêm

sofrendo a ação predatória de terceiros, segundo informou ao presidente, em audiência que lhe foi concedida (LEONEL, 1995, p.194).

No dia 30 de janeiro de 1990, o Presidente José Sarney, assinou o Decreto 98.894 de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990), revogando o Decreto-Lei N° 91.416 de 09 de julho de 1985 (BRASIL, 1985), que demarcava a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* (LEONEL, 1987).

A revogação da demarcação da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* evidenciou o interesse de especuladores e mineradores na área indígena, e teve como aliado, o então Presidente da República José Sarney.

Após forte campanha, o Presidente Collor restabeleceu a demarcação da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* com a mesma área, por meio da homologação do Decreto N° 275 de 29 de outubro de 1991 (BRASIL, 1991).

A demarcação desse território indígena foi uma acertada decisão em favor da conservação, pois além da proteção dos povos indígenas, a área concentra as nascentes dos principais rios formadores da bacia do Madeira, por sua vez formadores do Rio Amazonas.

Mesmo que não houvesse índios na área, a relevância ecológica desse território e os diversos serviços ambientais, que ela produz, justificam a sua proteção (Figura 3).



Figura 3: A Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* abriga a nascente de diversos rios. Na foto, o Rio Cautário, um dos afluentes do Rio Guaporé, que forma o Rio Madeira.

Fonte: FUNAI (2016).

O Parque Nacional do Pacaás Novos foi criado a partir da proposta do Programa de Integração Nacional (PIN), o qual propôs, em 1970, a criação na Amazônia, de quinze polos de desenvolvimento e a criação de unidades de conservação (Diegues, 2001).

Atualmente, o parque está sob a jurisdição do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). A sua criação teve como objetivos específicos preservar amostras representativas dos ecossistemas da região, a transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, além de áreas onde se encontram duas espécies raras da família Podocarpeae (*Podocarpus raspiliosii* e *Podocarpus selovii*), endêmicas da Amazônia.

Embora o Parque tenha sido demarcado anteriormente a Terra Indígena, a ocorrência dos índios nessa região, antecede qualquer demarcação territorial por marcos legais. Mas, acredita-se que a demarcação do Parque provavelmente tenha contribuído para a sobrevivência dos índios nessa área (Figura 4).



Figura 4: A FUNAI/Frente de Proteção Etnoambiental *Uru Eu Wau Wau*, identificou diversos vestígios que confirmam a presença de índios isolados na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*. Na foto, um tapiri dos índios isolados.

Fonte: FUNAI (2016).

A demarcação da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* pelo Estado, assegurou a sobrevivência dos povos que a ocupam, mas não impediu a sua exploração predatória pelos não índios. Os primeiros assaltos ocorreram logo após a sua demarcação, por meio de contratos ilegais de exploração madeireira, assinados por Romero Juca, então Presidente da FUNAI, que ocupou o cargo de 1986 a 1988. Além dele, diferentes superintendentes da FUNAI de Cuiabá firmaram contratos, julgados posteriormente pela Justiça Federal por serem de exploração ilícita do território (LEONEL, 1987).

As estradas abertas com os projetos de colonização pelo INCRA foram também o acesso para centenas de garimpeiros que invadiram a área. Segundo Leonel (1987, p. 419), “Os índios mataram alguns deles, e a FUNAI chegou a promover ações de polícia para a sua retirada, mas os garimpeiros voltam principalmente no período de seca”.

De acordo com Leonel (1987, p. 419): “A estratégia do INCRA, do Governo de Rondônia e do *lobby* organizado por políticos e comerciantes era o estímulo à invasão, criando situações sem retorno”.

A BR 429 e BR 421 foram abertas margeando a Terra Indígena, incentivadas por um grupo de madeireiras aliado a mineradoras instaladas ao norte da área, abrindo assim um corredor para novas invasões (LEONEL, 1987). Ainda hoje, esse território sofre forte pressão de invasores que furtam madeira e tentam expropriar a terra (Figura 5).



Figura 5: Nas ações de invasores, são abertos diversos acessos na floresta para a retirada ilegal de madeira. Na foto, um dos acessos abertos por invasores no interior da TI *Uru Eu Wau Wau*.

Fonte: FUNAI (2016).

Recentemente, houve uma nova ação de invasores na área, na qual a FUNAI identificou diversos pontos de invasão e a marcação ilegal de lotes de terra, os quais estão sendo comercializados (KANINDÉ, 2016).

Nos tempos atuais, esse território também está na área de influência de grandes obras de infraestrutura do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), programa do governo federal de desenvolvimento econômico. Dentre essas obras estão à pavimentação da BR 429, já executada, e prevista a pavimentação da BR 421, ambas margeando o território indígena, e a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, das quais a Terra Indígena está na área de influência indireta, além da construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) já construídas ao longo do Rio Jamari, um dos diversos rios que têm sua nascente dentro da área.

2.4 A Biodiversidade da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*

A Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* é caracterizada como ecótono, ou seja, uma zona de transição ecológica, com características dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, por isso apresenta diversos ecossistemas em seu interior (ICMBio, 2009).

Do rebordo ao topo das serras existentes se apresentam diferentes coberturas vegetais, sendo que no topo das serras é comum a formação de campos e cerrados, além de formações endêmicas. O rebordo se constitui de floresta amazônica, de aberta à fechada, formando uma grande diversidade de paisagens e espécies animais e vegetais (KANINDÉ, 2004).



Figura 6: A Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, abriga cenários geográficos que são de exceção na Amazônia. Na foto, a Serra da Porta.

Fonte: FUNAI (2016).

Em Rondônia existem 25 classes de vegetação, das quais, 17 ocorrem na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, incluindo floresta ombrófila densa e aberta, formações pioneiras (várzeas e igapós), florestas de transição ou contato, e diversos tipos de formações abertas, como as savanas, além de diversos tipos de transição entre as formações florestais e abertas.

O Plano de Manejo Florestal da Terra Indígena *Uru Eu Wa Wau*, realizado pela Organização Kanindé (2004), registrou 281 espécies de aves e 94 espécies de mamíferos.



Figura 7: Os diversos biomas existentes na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, contribuem para a ocorrência de elevada diversidade de aves. Na foto, a espécie *Momotus momota* (Udu de Coroa Azul).

Fonte: Organização Kanindé (2002).

Esse território também abriga diversas nascentes, rios e cachoeiras (Figura 8), os quais ao longo do seu curso formam diversos cenários e abriga berçários naturais, que são locais de reprodução de várias espécies de peixes, além de contribuir com a geração e manutenção de diversos serviços ambientais, principalmente relacionados à manutenção da rede hídrica natural da região.

O baixo grau de desmatamento e a preservação da floresta, que caracterizam o modo de ocupação indígena, protegem do assoreamento esses importantes rios.



Figura 8: Os diversos rios existentes no interior da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, formam diversas cachoeiras ao longo do seu curso. Na foto, a cachoeira do Rio Jaci Paraná.

Fonte: Organização Kanindé (2002).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Caracterização da Área de Estudo

A pesquisa foi realizada com estudantes de escolas rurais, localizadas no entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, no estado de Rondônia (RO).

Esse território tem como coordenadas geográficas extremas ao Norte: 10°23'43"04 S e 63°15'30"77 W; a Leste: 11°29'16"72 S e 62°32'17"08 W; ao Sul: 11°50'16"06 S e 63°16'42"04 W; a Oeste: 11°01'21"80 S e 64°27'57"58 W. A área possui superfície de 1.867.117,80ha, e abrange quatorze municípios do estado de Rondônia (RO): Alvorada d'Oeste, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Urupá.

Foi declarada de posse permanente dos índios em 09 de julho de 1985, por meio do decreto 91.416/85, o qual foi revogado em 1990, pelo presidente José Sarney. Porém, em 29 de outubro de 1991, a demarcação foi restabelecida por meio do Decreto Presidencial N° 275.

Encontra-se sobreposta ao Parque Nacional do Pacaás Novos em uma área de 764.801ha, que compreende 41% do território (Figura 9). Esse parque foi criado pelo Decreto Federal N° 84.019 de 21 de setembro de 1979 (BRASIL, 1979).

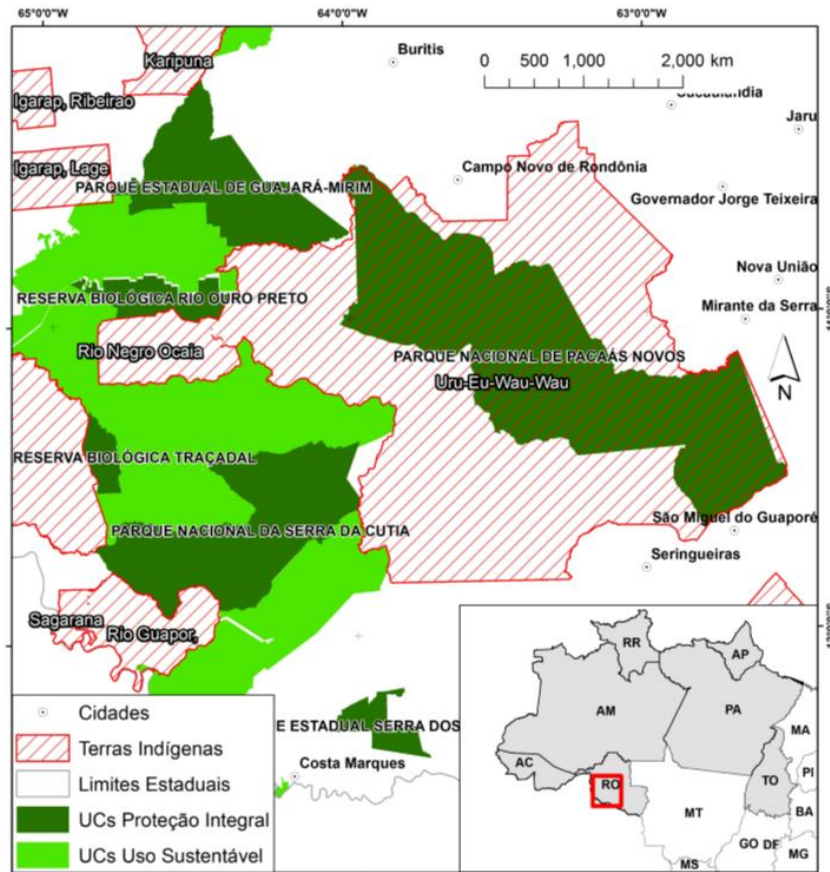


Figura 9: Sobreposição do Parque Nacional do Picaás Novos à Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

Fonte: Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ.

A Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* abriga também pelo menos 12 sub-bacias hidrográficas de Rondônia (Figura 10). Dentre os rios que têm suas nascentes protegidas por esse território, estão os rios Cautário, Urupá, São Miguel, Muqui, Jamari, Picaás Novos, Jaci-Paraná e Candeias, que formam as principais bacias hidrográficas do estado de Rondônia (LEONEL, 1995; KANINDÉ, 2004).

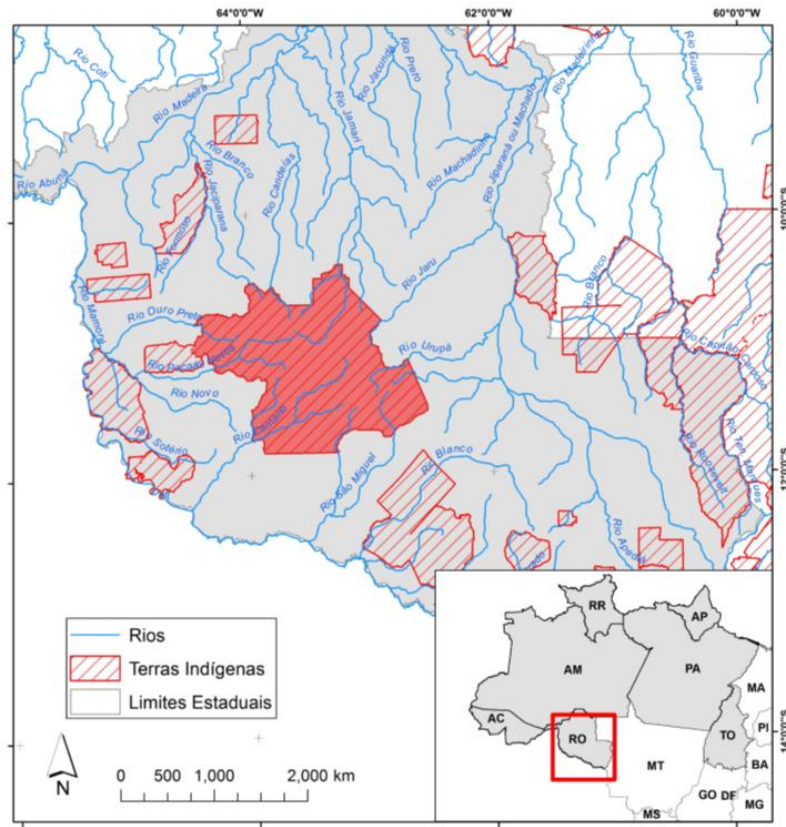


Figura 10: Hidrografia da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*
 Fonte: Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ.

É uma área relevante para a conservação da biodiversidade, com uma rica vegetação com características da Amazônia, Cerrado e Pantanal, as quais abrigam uma grande diversidade de fauna, incluindo a presença de espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada (*Panthera onca*) e a harpia (*Harpia harpyja*) (Kanindé, 2002).

Na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* vivem vários povos indígenas: os *Jupau*, com 110 indivíduos (Figura 11); os *Amondawa*, com 130 indivíduos; os *Oro In*, com 113 indivíduos; e pelo menos três grupos de Índios Isolados (GOMES, et al., 2012).



Figura 11: Na cultura material dos índios *Jupau* estão presentes vários adornos. Na foto, indígenas *Jupau* utilizando pintura corporal, colares e pulseiras próprios da cultura.

Fonte: Organização Kanindé (2002).

Os *Jupau* e *Amondawa* foram contatados pela FUNAI no ano de 1981, e são considerados por essa Fundação como índios de recente contato.

Os índios contatados estão distribuídos por 10 aldeias aonde praticam agricultura de subsistência, caça, pesca e coleta de mel (Figura 12).



Figura 12: Antes do contato, os *Jupau* e *Amondawa* habitavam malocas retangulares, com tetos altos de duas águas e com saídas dos dois lados.

Na foto, a moradia tradicional *Jupau*.

Fonte: Organização Kanindé (2002).

O entorno dessa Terra Indígena, é cercado basicamente por pastagem e pecuária, excetuando-se as Unidades de Conservação com as quais se limita. Em todo o restante dos limites, a pecuária é praticada de forma extensiva, nas grandes fazendas, e mesmo nas pequenas propriedades, essa é a principal atividade.

3.2 Instrumentos

Para registrar a percepção ambiental de populações-alvo, o uso de questionários, deve ser entendido como uma efetiva ferramenta (RODRIGUES et al., 2012). Outra forma de se coletar dados é por meio de mapas afetivos, que nesta pesquisa são definidos como desenhos feitos por crianças, os quais fornecem elementos que permitem estudar os seus pensamentos, em relação ao ambiente em que estão inseridos (PELLIER et al., 2004).

Para avaliar a percepção ambiental dos estudantes sobre a TI *Uru Eu Wau Wau*, esta pesquisa utilizou-se da aplicação de questionários abertos diretos, e o emprego de mapas afetivos para a representação da área pelos estudantes.

O questionário aberto apresenta como vantagem a característica de explorar todas as possíveis respostas a respeito de um item, e por meio do questionário direto é possível coletar diretamente a resposta desejada (NOGUEIRA, 2002).

A abordagem qualitativa e quantitativa foi utilizada para os questionários, esse conjunto de dados, conforme indica Minayo (2001, p.22) “se complementa, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Os mapas afetivos foram compostos por desenhos da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, e foi solicitada aos alunos a significação dos desenhos representados.

Goldberg et al. (2005, p. 97) afirma que “A partir do desenho a criança organiza informações, processa experiências vividas e pensadas, revela seu aprendizado e pode desenvolver um estilo de representação singular do mundo”.

Os resultados alcançados por meio dessas dinâmicas podem contribuir para a elaboração de estratégias de conservação de áreas protegidas, tendo como foco a comunidade de seus entornos.

3.3 Coleta e Análise dos Dados

3.3.1 Amostra

Os dados foram coletados em sete escolas rurais (Quadro 1), sendo uma turma de cada escola. As escolas foram escolhidas por serem as mais próximas à Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* e aos seus aldeamentos (Figura 13), de modo que, o território indígena faz parte da paisagem na qual estão inseridas.

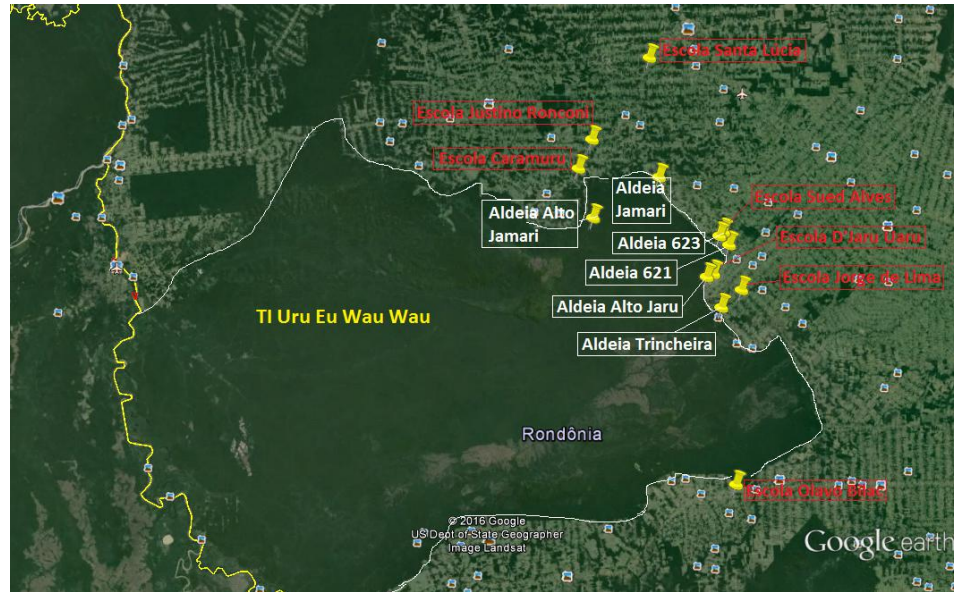


Figura 13: Localização das escolas pesquisadas em relação à Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*
 Fonte: Google earth (2016).

Quadro 1: Escolas Pesquisadas

Escola	Município	Endereço	DATA
E. M. E. F. Santa Lúcia	Monte Negro	BR 421 Km 25 Gleba 52B Monte Negro - RO	07.12.2016
E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi	Monte Negro	BR 421 Km 74 Monte Negro - RO	07.12.2016
E. M. E. F. Sued Alves	Jorge Teixeira	Linha 621 Km 40 Gleba 76 Lote 166 Jorge Teixeira - RO	08.12.2016
E. M. E. I. E. F. D'Jarú Uaru	Jarú (Cabajá)	Linha 627 Km 85 Jarú - RO	08.12.2016
E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima	Mirante da Serra	Linha Eletrônica Km 72 Mirante da Serra - RO	09.12.2016
E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac	São Miguel (São Francisco)	Linha 11 Km 0 São Miguel - RO	14.12.2016

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram escolhidos para este estudo alunos do 6º ano, por se tratar da série inicial do segundo segmento do Ensino Fundamental, que compreende uma fase de transição.

Em cada turma, foram sorteados sete alunos para responderem a pesquisa, perfazendo uma amostra total de quarenta e nove alunos.

3.3.2 Procedimentos

As escolas pesquisadas foram contatadas via telefone, momento em que foi solicitada autorização para a coleta de dados, e agendada a data para aplicação dos questionários, os quais foram enviados previamente à direção das escolas via correio eletrônico.

Os questionários foram aplicados diretamente pelo autor deste estudo, nas datas previamente agendadas em cada escola (Quadro 01). Os alunos sorteados para responder a pesquisa foram reunidos em uma sala separada da turma, e responderam ao questionário sem a participação de professores (Figura 14).

Foi explicado aos alunos que as respostas dos questionários seriam para compor uma pesquisa acadêmica, mas não foi apresentado o objetivo da pesquisa.

A aplicação dos questionários ocorreu no período de 07 a 14 de dezembro de 2015, e constou de dezoito questões voltadas à percepção ambiental sobre a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* e os povos indígenas que nela vivem, incluindo o desenho do mapa afetivo da Terra Indígena.



Figura 14: Aplicação de Questionários na Escola Municipal de Ensino Fundamental Justino Luis Ronconi.

Fonte: Silas Marques Ferreira (2015).

Os questionários foram identificados com o nome da escola, nome do aluno, idade e série/turma. O tempo de resposta dos alunos levou aproximadamente trinta minutos.

Anteriormente à coleta dos dados que compõe esta pesquisa, foi aplicado um questionário piloto, a 21 alunos do 6º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tupã, que está localizada no Distrito de Nova Colina, no entorno da Terra Indígena Igarapé Lourdes no município de Ji-Paraná (RO), no dia 04 de dezembro de 2015, com a finalidade de testar o instrumento de pesquisa, e identificar as suas necessidades de melhoria.

3.4 Análise dos dados

Os dados foram analisados pelo método descritivo, com base na frequência e semelhança das respostas. Nas questões abertas, as repostas mais frequentes foram categorizadas em grupos de afinidade.

A partir das respostas obtidas, por meio dos questionários individuais dos alunos, foi analisado os seus conhecimentos sobre a área, possibilitando o entendimento sobre a percepção ambiental acerca da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

4 RESULTADOS

A análise dos dados obtidos, por meio da aplicação de questionário aos quarenta e nove estudantes de sete escolas rurais do entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, revelou que 26 indivíduos (53%) eram do sexo feminino e 23 indivíduos (47%) eram do sexo masculino, indicando participação similar de ambos os sexos no estudo.

A faixa etária dos estudantes pesquisados variou entre 10 e 14 anos, havendo predomínio de indivíduos com 12 anos (61%), conforme indica a figura 15.

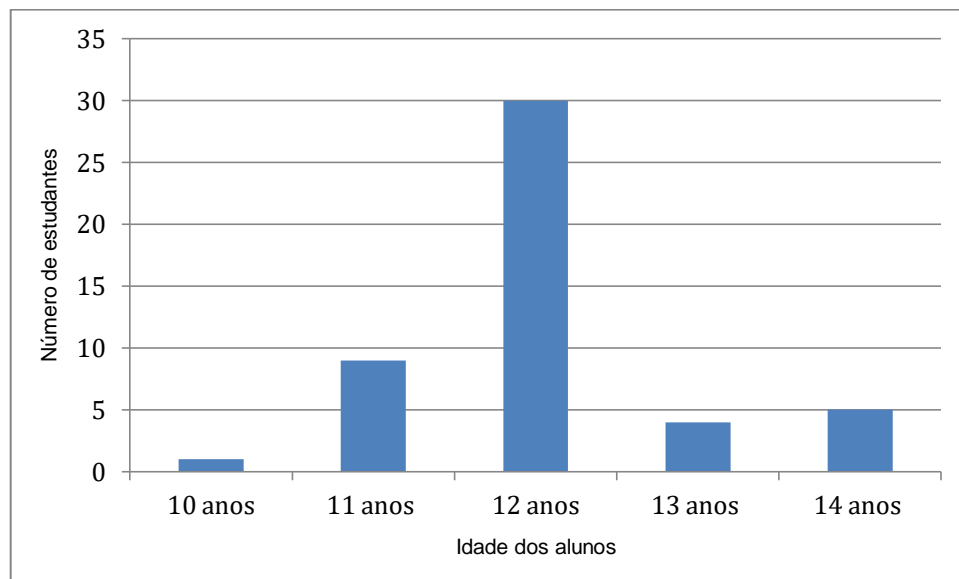


Figura 15: Faixa etária dos estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* pesquisados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 16 apresenta as respostas dos estudantes em relação ao que mais gostam na região onde moram.

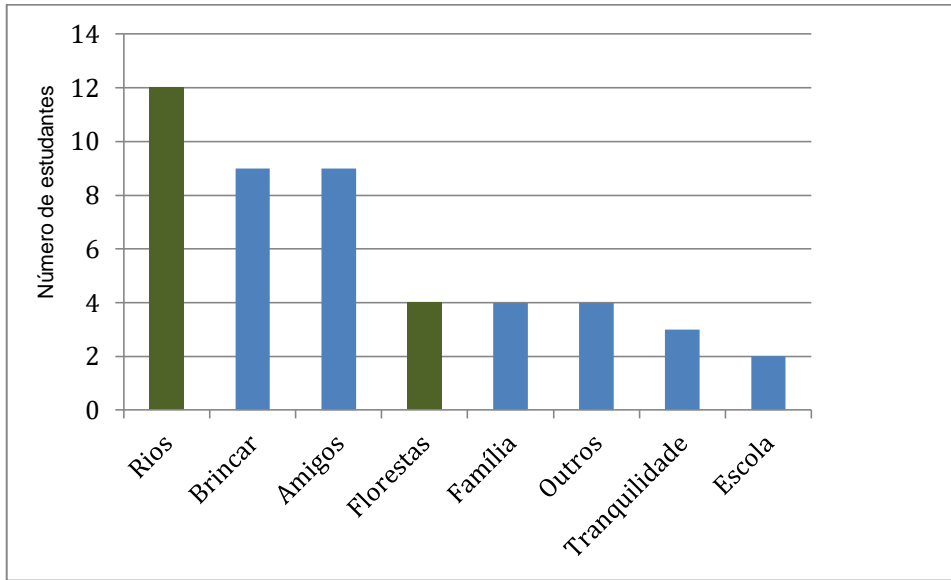


Figura 16: O que os estudantes das escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* mais gostam no lugar onde vivem.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 17 apresenta os elementos mais representados nos desenhos da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

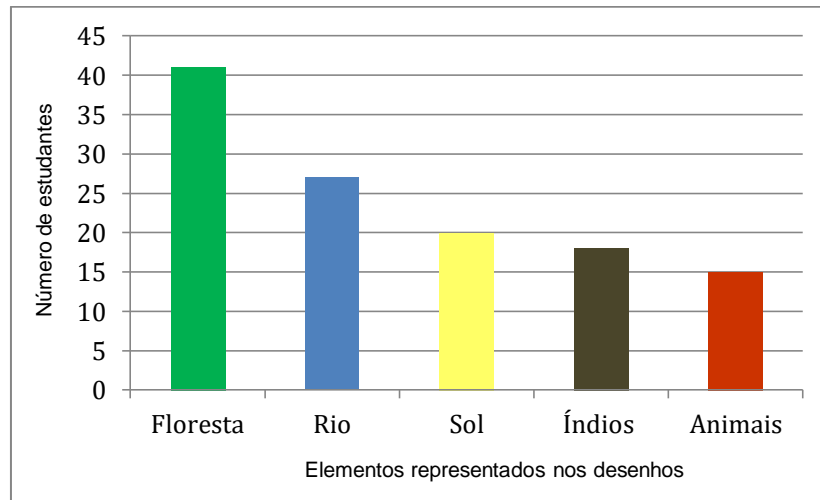


Figura 17: Elementos mais representados nos desenhos dos estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau*.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 18 apresenta a resposta dos estudantes em relação à contribuição dos rios da região onde moram para o abastecimento hídrico das cidades.

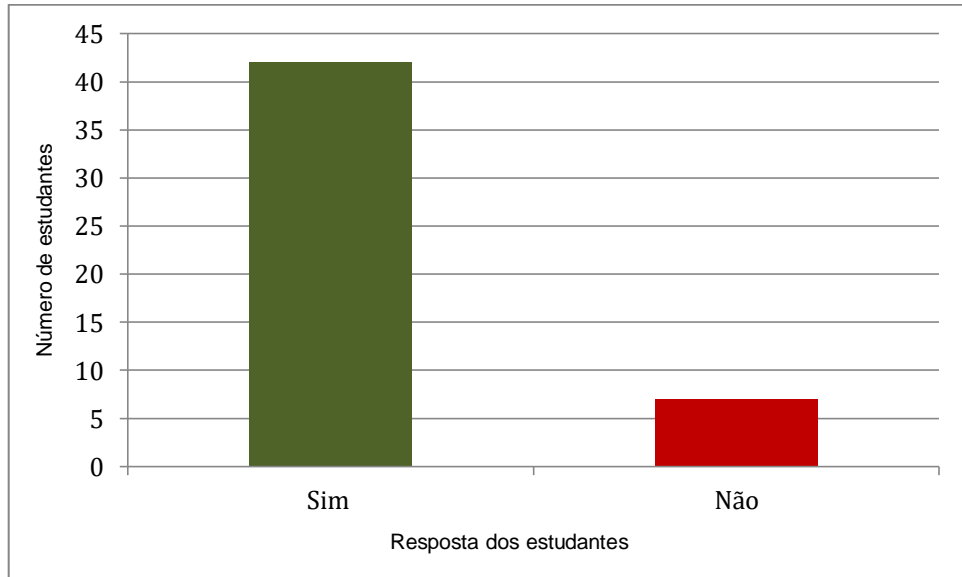


Figura 18: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que acham que os rios da região onde moram ajudam no abastecimento de água das cidades.

A figura 19 apresenta a resposta dos estudantes em relação à contribuição dos rios da região onde moram para o aproveitamento hidrelétrico.

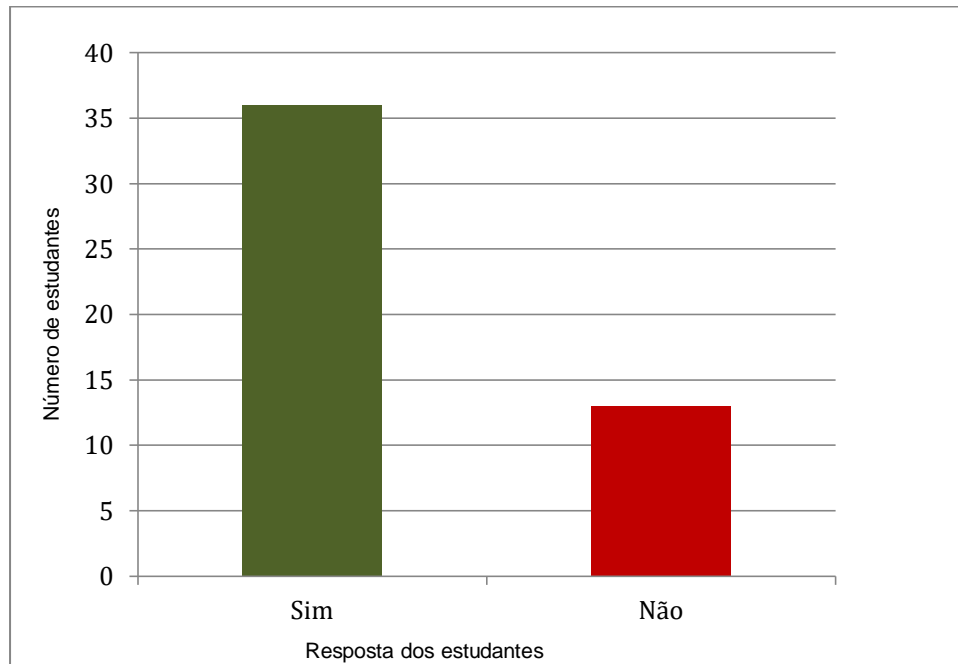


Figura 19: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que acham que os rios da região onde moram contribuem para a geração de energia elétrica.

As figuras 20 e 21 apresentam o conhecimento dos estudantes sobre os rios que nascem na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

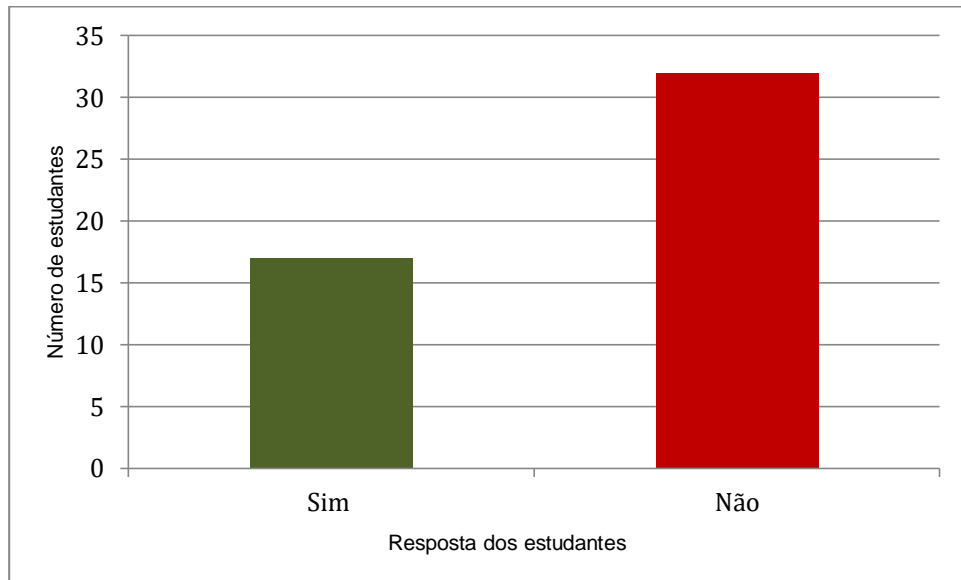


Figura 20: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que sabem que nascem rios na Terra Indígena.

Fonte: Elaborado pelo autor.

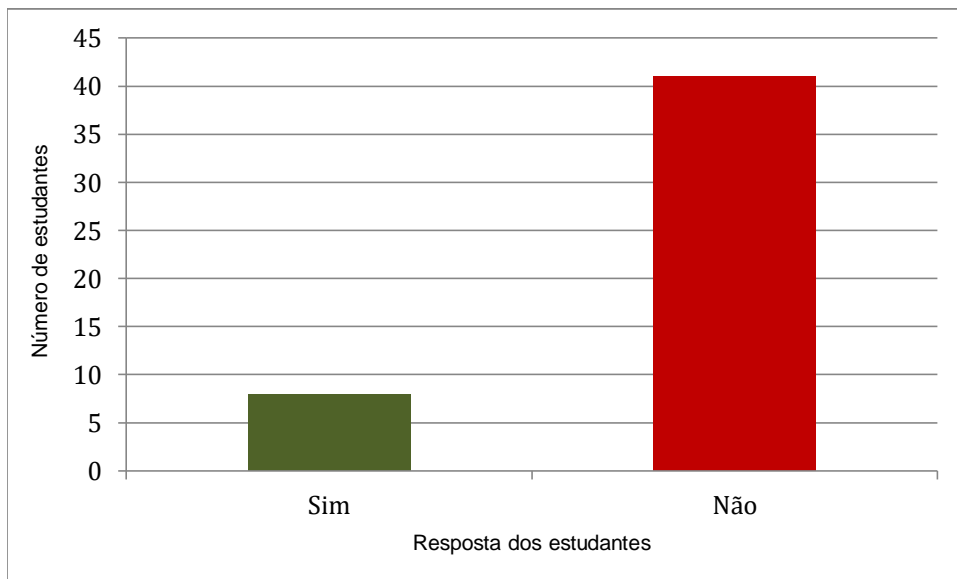


Figura 21: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que conhecem algum rio que nasce na Terra Indígena.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 22 apresenta a quantidade de indivíduos, dentre os estudantes pesquisados, que já foram a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

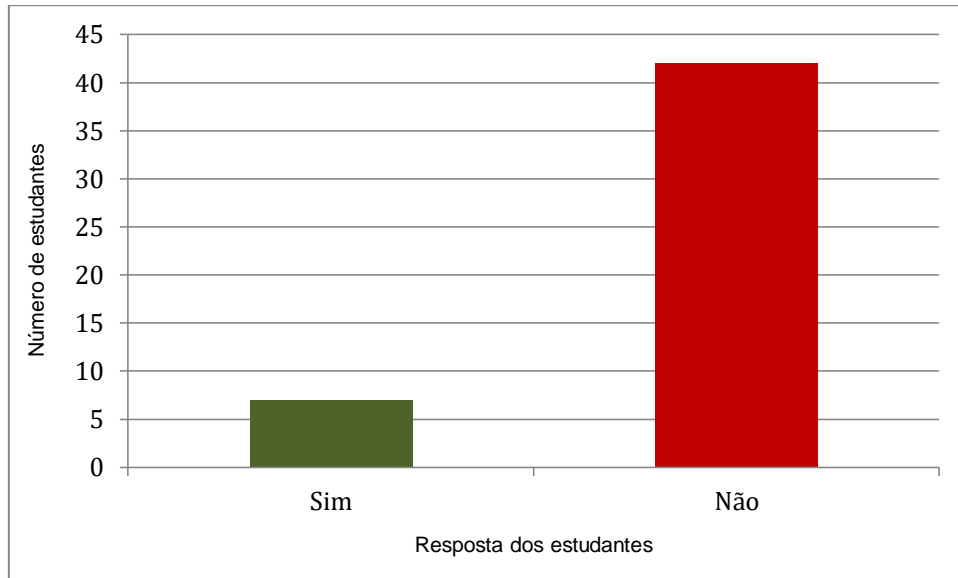


Figura 22: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que já foram a Terra Indígena.

As figuras 23 e 24 apresentam o conhecimento dos estudantes sobre os índios da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* e sua cultura.

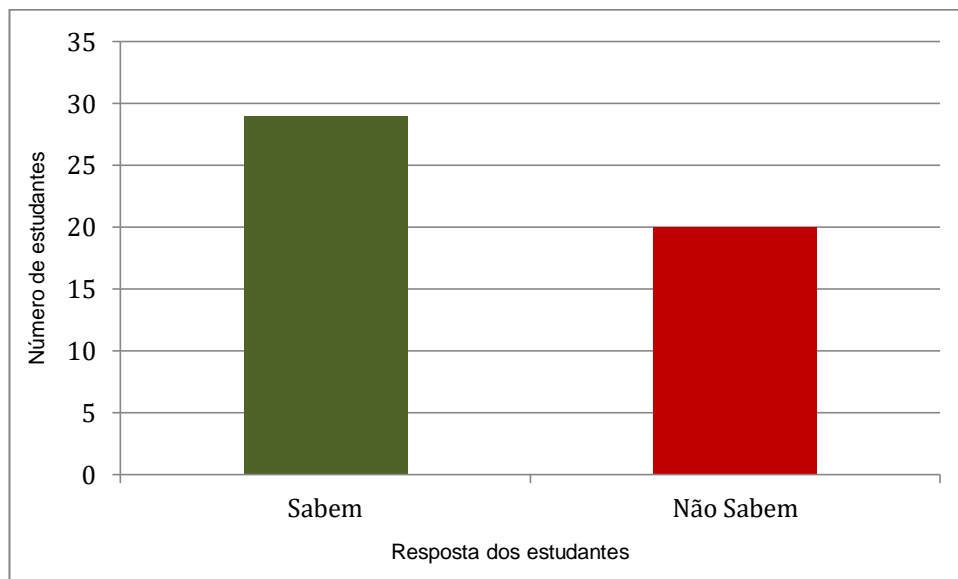


Figura 23: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que sabem que existem índios na Terra Indígena.

Fonte: Elaborado pelo autor.

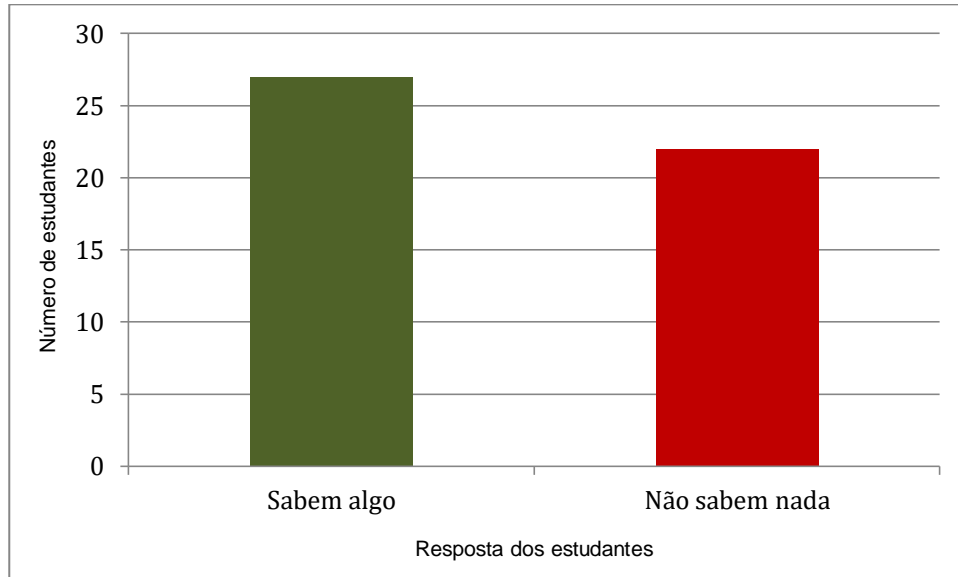


Figura 24: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que sabem algo sobre os índios da Terra Indígena.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 25 apresenta a referência aos índios nos desenhos da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* feitos pelos estudantes.

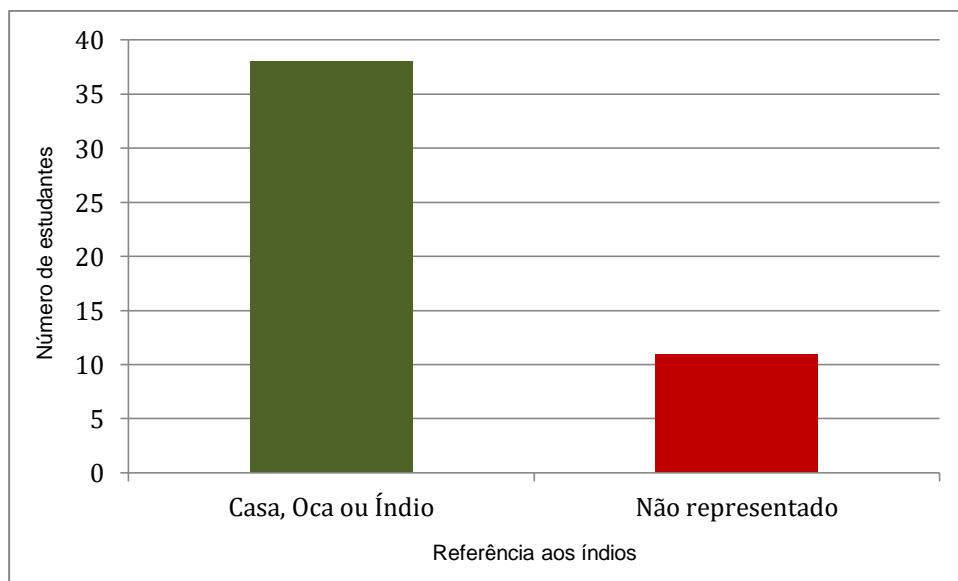


Figura 25: Referência aos índios nos desenhos feitos por estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau*.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 26 apresenta as respostas dos estudantes, em relação à contribuição da floresta da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* com o meio ambiente.

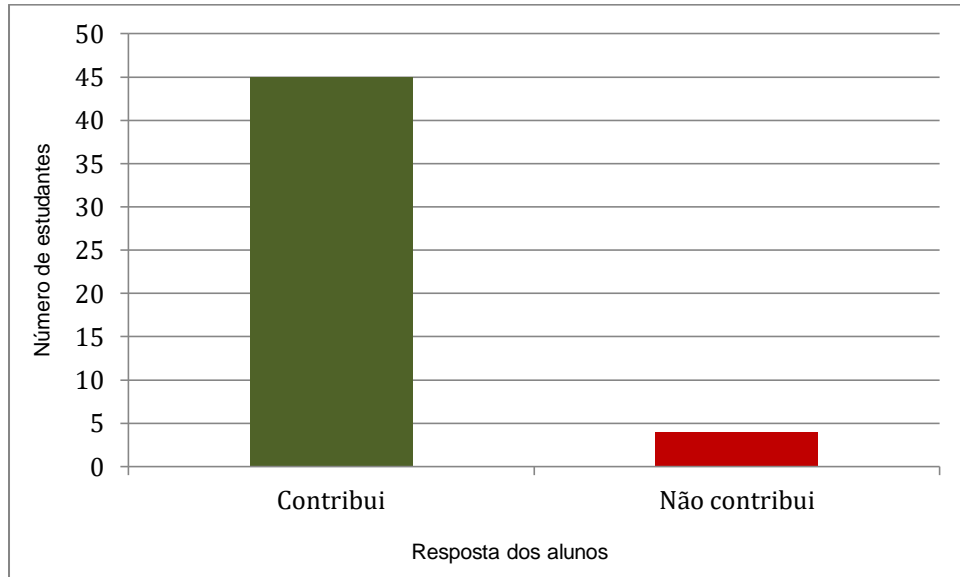


Figura 26: Estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau* que acham a floresta da Terra Indígena contribui com o meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 27 apresenta as classes de animais que foram representados nos desenhos da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, pelos estudantes.

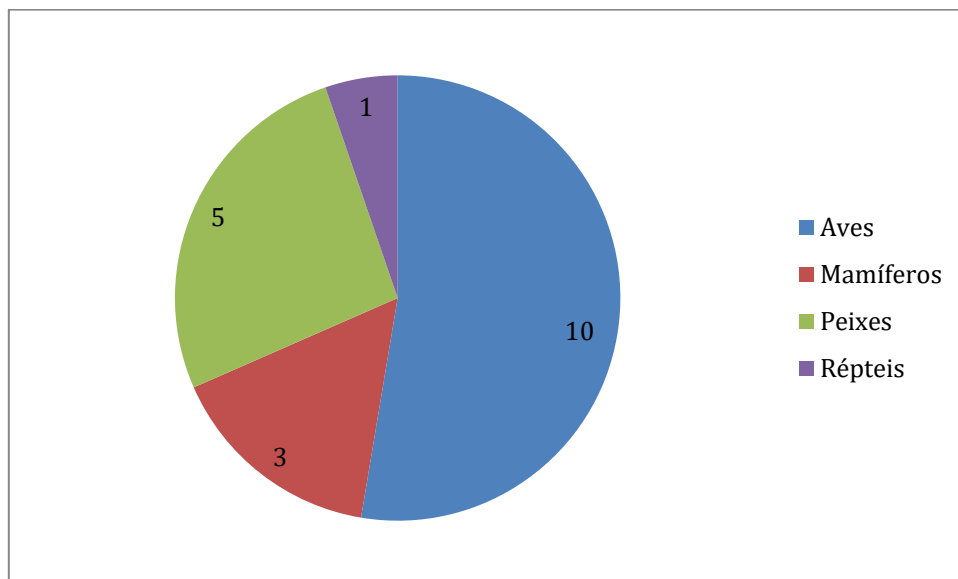


Figura 27: Classes de animais representados nos desenhos feitos por estudantes de escolas do entorno da TI *Uru Eu Wau Wau*.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 DISCUSSÃO

Em 32% do total dos estudantes pesquisados, foi registrado o aspecto topofílico, ou seja, um elo afetivo entre a pessoa e o lugar onde vive. Este aspecto foi destacado em frases como: “Gosto de morar aqui porque tem rios e matas”; “Gosto de morar aqui por causa das matas, dos rios e das pessoas”.

Em estudo semelhante, realizado por Bezerra et al. (2008), no entorno da Estação Ecológica de Caetés em Recife – PE, o aspecto topofílico foi observado em 63% das crianças pesquisadas.

Os rios que nascem na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* estão presentes na paisagem do seu entorno, e foram destacados nas respostas, em frases como: “O que eu mais gosto no lugar onde moro são os rios e as cachoeiras”; “O que eu mais gosto são as florestas e os rios”.

Dentre os estudantes, 65% informaram que não sabem que nascem rios na Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, e 84% não conhecem qualquer rio que nasça nessa Terra Indígena, porém os rios foram representados em 55% dos desenhos do território indígena (figura 28 e figura 29),

O destaque expressivo, de rios nos desenhos, pode ter sido influenciado pelo questionário, uma vez que o mapa afetivo foi solicitado ao fim do questionário, após questões anteriores sobre os rios da região.



Figura 28: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*
Fonte: L. F.O., 12 anos, E. M. E. I. E. F. D'Jarú Uaru.



Figura 29: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*
Fonte: G. P. S., 14 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.

São pelo menos doze as sub-bacias hidrográficas do estado de Rondônia (RO), que têm suas nascentes no interior dessa Terra Indígena (LEONEL, 1995; KANINDÉ, 2004). Esses rios propiciam diversos serviços ambientais, como a geração de energia elétrica, e o abastecimento hídrico de cidades como Ji-Paraná, Jaru e Ariquemes que consomem as águas dos rios Urupá, Jaru e Jamari, respectivamente.

A maior parte dos estudantes respondeu que os rios da região onde vivem contribuem para o abastecimento de água das cidades de Rondônia, e contribuem para a geração de energia elétrica.

O Rio Jamari, no seu curso até a sua foz no Rio Madeira, possui três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e também a Usina Hidrelétrica (UHE) Samuel, que gera a maior parte da energia elétrica consumida no estado de Rondônia.

As Terras Indígenas são áreas protegidas, e a autorização de acesso a esses territórios, é de competência exclusiva da Presidência da FUNAI.

Neste estudo, grande parte das crianças nunca foi a Terra Indígena, objeto desta pesquisa, e este é provavelmente um fator para o desconhecimento dos atributos naturais e sociais desse território pelos estudantes das escolas do seu entorno.

De um total de 49 alunos pesquisados, sete já foram a Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, desses alunos, cinco fizeram associação entre a Terra Indígena e as nascentes dos rios, e todos tiveram uma boa impressão da área. Esses dados indicam que, o conhecimento das aldeias e da Terra Indígena pela comunidade do seu entorno imediato, especialmente das crianças, é um fator relevante a ser considerado nas ações para a sua conservação.

A figura 30, desenhada por um dos alunos que visitou a Terra Indígena, representa a área visitada, após dois anos, e a figura 31 mostra a imagem da área visitada.

O desenho destaca a estrada de acesso, o limite entre a Terra Indígena e a área vizinha, uma propriedade cercada por arame, tendo do outro lado da cerca a Terra Indígena coberta pela floresta. Também compõe o desenho, o posto de vigilância da FUNAI dentro do território indígena, e os veículos que transportaram os alunos para a atividade.

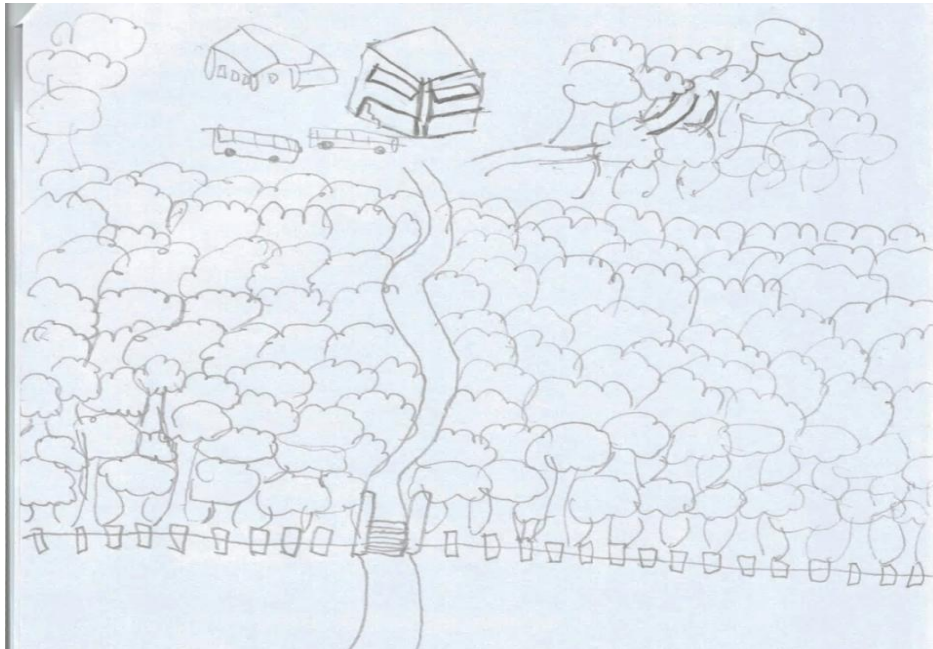


Figura 30: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*

Fonte: S. B. A., 11 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.

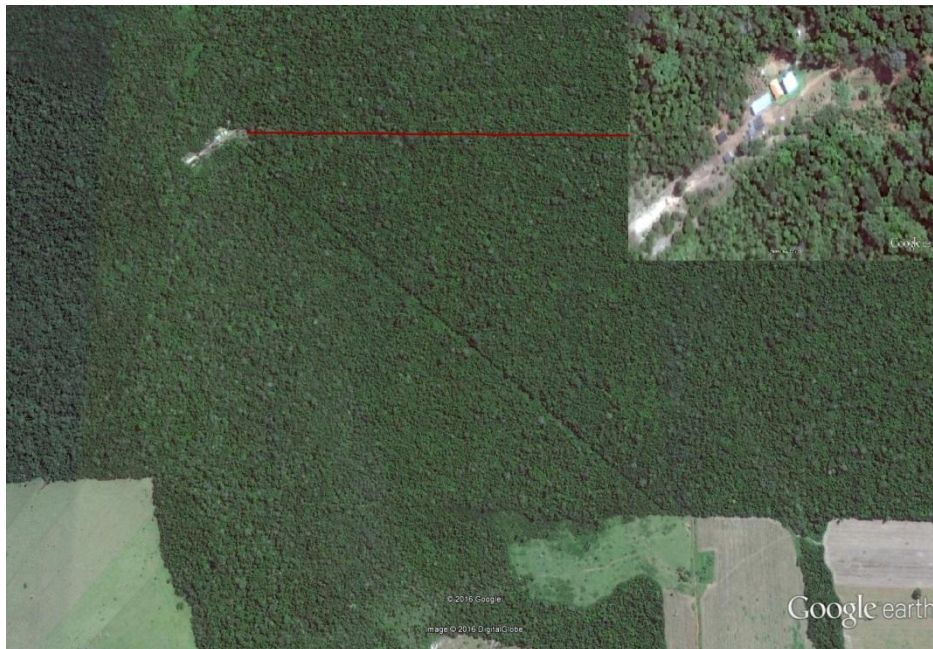


Figura 31: Área da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

Fonte: Google Earth (2016)

O nível de detalhamento da área pelo estudante, mesmo dois anos após a visita, evidencia que atividades envolvendo a comunidade do entorno, é de grande significado

para a percepção realista da paisagem do território, e que o desenvolvimento de atividades semelhantes com as demais escolas do entorno pode ser de grande valia para a conservação dessa área.

A visita desse aluno ocorreu em um “dia de campo”, promovido pela FUNAI/Frente de Proteção Etnoambiental *Uru Eu Wau Wau*, no dia 31 de outubro de 2013. Na área visitada não existem aldeamentos de índios contatados, mas há ocorrência de índios isolados. Por isso é considerada pela FUNAI uma área prioritária nas ações de proteção territorial (FUNAI, 2013).

O desconhecimento por parte das crianças, sobre o meio social da Terra Indígena, também ficou evidente neste estudo, pois 41% dos estudantes responderam que não sabem que vivem índios na área. Das crianças que sabem sobre a existência dos índios, parte não conhecem nada sobre sua cultura.

A Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, é o território de diversos povos indígenas; os *Jupau*; os *Amondawa*; os *Oro In*; e grupos de índios isolados, os quais vivem de forma autônoma sem contato com a sociedade circundante (GOMES, et al., 2012).

Na representação da área por meio dos desenhos, 78% das crianças fizeram referência aos índios, conforme mostram as figuras 32 e 33. No entanto, este dado também pode ter sido influenciado pelo questionário, no qual o mapa afetivo foi à última questão, após perguntas sobre os índios da região.



Figura 32: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*

Fonte: S. P. S., 11 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



Figura 33: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*

Fonte: E. A. M., 12 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.

O imaginário de parte dos estudantes pesquisados, indica a concepção de um ambiente natural sem a presença humana.

Sobre esta concepção, Diegues (2001, p. 53) afirma que:

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem.

Corroborando para este imaginário, a restrição de acesso às Terras Indígenas. Esta medida, que tem por finalidade fortalecer a proteção territorial e dos povos indígenas, foi relatada por uma professora das escolas pesquisadas como impedimento para a realização de um projeto educativo, o qual incluiria visitas dos alunos da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jorge de Lima, à aldeia Trincheira, onde vivem os índios *Amondawa*, há aproximadamente 10 km da escola.

Tais iniciativas poderiam contribuir com a redução da pressão antrópica sobre esse território.

A pressão antrópica sobre a Terra Indígena foi destacada em um dos desenhos (Figura 34), no qual é apresentado um homem com característica não indígena, em meio a uma área de desmatamento.



Figura 34: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*

Fonte: L. V., 12 anos, E. M. E. I. E. F. D'Jaru Uaru.

As ações antrópicas também foram citadas em frases como: “O que eu menos gosto no lugar onde moro é o desmatamento” e “Eu não gosto do desmatamento e das queimadas”.

A pressão de desmatamento, e de outras ações de exploração como a borracha, o minério, e a expropriação da área, tem ocorrência histórica nessa Terra Indígena. Na área já foram registrados vários conflitos, entre índios e colonos, os quais tiveram como resultado muitas mortes de ambos os lados (KANINDÉ, 2004; LEONEL, 1995). Mesmo recentemente essa tendência continua, em ação ocorrida no ano de 2016, houve nova tentativa de invasão da Terra Indígena, com marcação e comercialização ilegal de lotes de terra dentro da área (KANINDÉ, 2016).

Embora tenham pouco conhecimento sobre a área, a maior parte das crianças respondeu que acham que a floresta da Terra Indígena contribui para o meio ambiente. Essa percepção também foi destacada em frases como: “A floresta ajuda a proteger as

plantas e os animais” e “A floresta ajuda o clima”, e nos desenhos das crianças, a floresta foi o elemento predominante.

A biodiversidade da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* também foi representada nos desenhos das crianças, conforme mostram as figuras 35 e 36.



Figura 35: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*
Fonte: M. R. N., 11 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



Figura 36: Desenho da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*
Fonte: E. F. C., 12 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.

Primack e Rodrigues (2001, p. 2002), afirmam que as Terras Indígenas “contêm ainda muitas ou mesmo a maioria de suas espécies originais”. E por isso são áreas significativas para a conservação da biodiversidade, pois muitas vezes são maiores que as Unidades de Conservação de proteção integral (PRIMACK e RODRIGUES, 2001).

A fauna foi representada nos desenhos das crianças, sendo que as aves foram o elemento mais representado, seguido dos peixes e mamíferos. Esse resultado coincide com um estudo de percepção ambiental sobre o cerrado em Anápolis (GO), no qual as aves também foram o elemento da fauna que predominou nos desenhos das crianças, o que pode estar relacionado ao fato de que as aves são mais facilmente observáveis.

A riqueza de aves da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* foi registrada no seu Plano de Manejo Florestal, que indicou existirem um total de 281 espécies, incluindo espécies ameaçadas de extinção como a harpia (*Harpia harpyja*) (KANINDÉ, 2004).

Na metodologia utilizada nesta pesquisa, o mapa afetivo da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* foi o último item do questionário, deste modo às perguntas das questões anteriores sobre rios, índios e florestas, podem ter influenciado os desenhos, indicando que em estudos semelhantes é preferível que o mapa afetivo seja a primeira questão de um questionário.

6 CONCLUSÕES

Este estudo indica que há pouco conhecimento dos estudantes pesquisados, sobre os atributos naturais e sociais da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*.

O baixo conhecimento dos estudantes sobre essa área protegida se reflete, em especial, sobre os diversos rios que nascem dentro da Terra Indígena e abastecem o seu entorno com suas águas, citados como elementos de grande significado pelas crianças, mas a maior parte desconhece a origem de suas nascentes, dentro da área protegida, embora, destaquem esses elementos naturais como importantes.

Os serviços ambientais, gerados pelos rios que nascem nesse território, não foram correlacionados com a Terra Indígena, de modo que, para os estudantes não há correlação entre os benefícios gerados pela área protegida, e o seu aproveitamento fora do território.

Um fato importante registrado nesta pesquisa, é que há preocupação das crianças com a pressão de desmatamento sobre a floresta.

Observou-se, a partir deste estudo, a necessidade de ações de educação ambiental voltada às escolas do entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*, que informem sobre os seus atributos naturais e sociais, e a geração de serviços ambientais para a comunidade do seu entorno.

7 RECOMENDAÇÕES

A sensibilização da comunidade do entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau* é um fator fundamental para a sua conservação. Para tanto, elaboramos a cartilha “Berço das águas – Atributos da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*”, contendo informações sobre o meio natural, os serviços ambientais gerados, e os povos indígenas dessa área.

A cartilha tem a finalidade de contribuir com a sensibilização da população do seu entorno, quanto a sua relevância ecológica, e para a perpetuação dos povos indígenas que ela abriga. O material será distribuído nas escolas, e nas demais organizações sociais do entorno da Terra Indígena *Uru Eu Wau Wau*. No entanto, para melhor aproveitamento, a cartilha será testada previamente com uma amostra do público-alvo, a fim de verificar a necessidade de adequações antes da sua impressão e distribuição.

Para distribuição nas escolas, será agendada em cada unidade pesquisada, uma capacitação com os professores sobre o tema da cartilha, na qual a mesma será apresentada, distribuída e indicada as seguintes sugestões de uso:

- Semana dos Povos Indígenas: Para pesquisa sobre a cultura dos povos indígenas da região;
- Feira de Ciências: Para atividades sobre meio ambiente e povos indígena da região;
- Aulas de Geografia: Para atividades sobre a bacia hidrográfica local e sobre o meio social da região;
- Língua Portuguesa e Artes: Para teatro sobre a cultura dos povos indígenas da região;
- Ciências: Para pesquisa sobre a biodiversidade da região;

As ações relacionadas a seguir, também voltadas à comunidade adjacente à área, igualmente podem contribuir com a proteção dessa Terra Indígena.

- Palestras sobre educação ambiental nas escolas, igrejas, associações e demais organizações sociais do entorno;

- Programa educativo com as escolas do entorno, incluindo a abordagem dos temas relacionados às Terras Indígenas da região nas salas de aula, e visita das crianças as aldeias; e
- Entrevistas com técnicos da FUNAI, do ICMBio, de ONGs e pesquisadores que atuam com esse território, nos programas de rádio e TV da região, abordando os serviços ambientais promovidos pela área, que beneficiam diretamente o seu entorno.

Essas ações podem despertar o sentimento de pertencimento pela comunidade do seu entorno, e a correlação entre os serviços gerados pela área protegida, e o seu aproveitamento fora dos seus limites.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, T. M. O.; FELICIANO, A. L. P.; ALVES, A. G. C. Percepção ambiental de alunos e professores do entorno da Estação Ecológica de Caetés – Região Metropolitana do Recife-PE. **Revista Biotemas**, Recife, v. 21, n. 1, p. 147-160, mar. 2008. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/dissertacao_tatiana.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Decreto Nº 84.019 de 21 de setembro de 1979**. Cria no Território Federal de Rondônia, o Parque Nacional de Pacaás Novos, com os limites que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D275.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto Nº 91.416 de 09 de julho de 1985**. Declara de ocupação dos indígenas, área de terras no Estado de Rondônia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91416-9-julho-1985-441500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Educação ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Decreto Nº 275 de 29 de outubro de 1991**. Homologa a demarcação administrativa da área indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D275.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Decreto Nº 98.894 de 30 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre o reestudo de área indígena, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98894.htm>. Acesso em: 11 de jan. 2016.

CASTRO, A. R. M.; SANJAD, N.; ROMEIRO, D. S. Da pátria da seringueira à borracha de plantação: Jacques Huber e seus estudos sobre a cultura das heveas no Oriente

(1911-1912). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 3, p. 503-545, set./dez. 2009.

COY, M. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica**: Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de 'ponteira" O caso de Rondônia. Tese (Doutorado) - Universidade de Belém - Departamento de Geografia, Belém, 1989. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2016.

DIEGUES, A. C. S. **A educação ambiental e a questão das áreas naturais protegidas**. São Paulo: NUPAUB, [s.d.].

_____, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/Usp, 2001.

FEARNSIDE, P. M.; SALATI, E. Explosive deforestation in Rondônia, Brazil. 1985. **Environmental Conservation**, v. 12, n. 4, p. 355-356.

FERREIRA, V. M. S.; CARNIELLO, M. F.; TADEUCCI, F. R. M. S. R. **O estado de Rondônia e os programas de desenvolvimento regional**. In: XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba (Congresso). Taubaté: Universidade de Taubaté, 2011. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0092_0060_01.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Notícias CR Ji-Paraná**: frente de proteção etnoambiental Uru Eu Wau Wau realiza "dia de campo" na base bananeiras. 2013. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/noticias-ji-parana/751-frente-de-protecao-etnoambiental-uru-eu-wau-wau-realiza-dia-de-campo-na-base-bananeiras>> Acesso em: 08 de abr. 2016.

GOLDBERG, L. G.; YUNES, M. A. G.; FREITAS, J. V. O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 97-106, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a11>> Acesso em: 14 jun. 2016.

GOMES, G. et al.; **OS ÍNDIOS E A UHE JIRAU**: Relatório Final do diagnóstico realizado em acordo com o Termo de Referência (TR), para a elaboração do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas do AHE Jirau - PACI Populações indígenas: Kaxarari, Oro Wari, Jupau e Amondawa. Rio de Janeiro, 2012.

GTA. GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO. **O fim da floresta?** a devastação das unidades de conservação e terras indígenas no estado de Rondônia, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas temáticos da Amazônia legal**. 25 de jan. 2007. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/amazonia-legal>>. Acessado em: 05 out. 2015.

INSTITUTO BIOTERRA. **Rondônia**: do leito do madeira às margens da BR-364. Belo Horizonte, 2013.

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil** – Uru Eu Wau Wau, 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/uru-eu-wau-wau/1127>>. Acesso em: 07 out. 2015.

_____. **Terras indígenas no Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/demarcacoes/localizacao-e-extensao-das-tis>>. Acesso em: 16 maio 2016.

IUCN. INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **Guidelines for applying protected area management categories**, 2008. IUCN. Disponível em: <http://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_assignment_1.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

JACOBI, P. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.189-205, mar./ 2003.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet D. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993, p. 31-61.

KANINDÉ. ASSOCIAÇÃO DE DEFESA ETNOAMBIENTAL. **Kaninde denuncia ao MPF invasão na terra indígena Uru-Eu Wau-Wau na área de sobreposição do**

parque nacional Pacaas Novos, 2016. Disponível em:
<<http://www.kaninde.org.br/3605-2/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

_____. **Plano de manejo florestal de uso múltiplo comunitário: Terra Indígena Uru Eu Wau Wau**. Porto Velho, 2004.

LAURANCE, W. F. et al. (orgs). **Averting biodiversity collapse in tropical forest protected areas**. 2012. Disponível em:
<<https://web.stanford.edu/group/dirzolib/PDFs/2012/2012NatureLetterDirzo.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Revista Educação & Realidade**, v. 34, n.3, p.17-24, set./dez. 2009.

LEONEL, Mauro. A "desmarcação" das terras Uru-Eu-Wau-Wau. **Povos Indígenas no Brasil**, v. 18, p. 418-422, 1987.

_____, Mauro. **Etnodicéia Uruéu-Au-Au: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, o direito à diferença e à preservação ambiental**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Instituto de Antropologia e Meio Ambiente / FAPESP, 1995.

MARINHO, G. L.; OTT, A.M.T. **O PLANAFLORO e a assistência à saúde em Rondônia**. In: Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINDLIN, Betty. **Índios e grandes projetos econômicos, um exemplo: o programa POLONOROESTE (Mato Grosso e Rondônia, 1982, 87)**. São Paulo: I.A.M.A (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente), 1988.

NAVEH, Z. **Landscape and urban planning** - ten major premises for a holistic conception of multifunctional landscapes. *landsc urban plan.* 269-284, 2001.

NOGUEIRA, R. **Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real.** Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.

PELLIER, A. S., WELLS, J. A., ABRAM, N.K., GAVEAU, D., MEIJAARD, E., **Through the eyes of children: perceptions of environmental change in tropical forests.** v. 9, Issue 8, 2014. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0103005>>. Acesso em: 06 de jun. 2016.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F.; SOUZA, M. G. a abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. In: JR., L. C.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Ed.). Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

PONTES, C. J. F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da amazônia e os soldados da borracha. **Journal of basic education, Technical and Technological.** v. 2 n. 1 p. 56-67, 2015.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** Londrina: Planta, 2001.

PROJETO ÚMIDAS. **Um enfoque participatório para o desenvolvimento sustentável.** O Caso do Estado de Rondônia. Porto Velho, 1999.

REYES, F.S. **As Perdas Territoriais do Estado Boliviano (1825-1935).** Revista GEOUSP - Espaço e Tempo. Edição Especial, p. 161-181, 2009.

SARAMAGO, S. S. S. **Metodologias de pesquisa empírica com crianças.** Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n. 35, p.9-29, abr./2001.

SILVA, A. A. et al. O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha. **Revista Geografar,** v. 5, n. 1, p.61-82, jan./jun. 2010.

SOUZA, M. M. O.; PESSÔA, V. L. S. **A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência, Olhares sobre o processo investigativo.** V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais” 25, 26 e 27 de novembro de 2009.

TNC. THE NATURE CONSERVANCY. **Iniciativas:** terras indígenas, 2016. Disponível em: <<http://www.tnc.org.br/tnc-no-mundo/americas/brasil/iniciativas/terras-indigenas/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

WHYTE, A. V. T. **La perception de l'environnement:** lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. UNESUNESCO, Paris, França, p. 18, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000247/024707fo.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

WWF GLOBAL. **Indigenous lands and other protected areas under threat in Brazil.** 25 abr. 2007. Disponível em: <http://wwf.panda.org/wwf_news/?99940/Indigenous-lands-and-other-protected-areas-under-threat-in-Brazil>. Acesso em: 08 abr. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário.

Nome da Escola: _____
Nome do Aluno: _____
Idade: _____
Sexo: () Masculino () Feminino
Tempo que mora nesta região: _____ anos
Local onde você nasceu: _____

01) Você gosta de morar aqui?

() Sim

() Não

Explique por que:

02) O que você mais gosta na região onde mora?

03) O que você menos gosta na região onde mora?

Você conhece a reserva da FUNAI?

() Sim

() Não

04) Você já foi à reserva da FUNAI?

() Sim

() Não

05) Se já foi, o que achou de lá?

06) Você sabia que mora gente na reserva da FUNAI?

() Sim

() Não

Caso sua resposta seja sim, quem são estas pessoas?

07) O que você sabe sobre os índios da reserva da FUNAI

09) Para você o que significa cultura indígena ?

10) Marque com "X" a alternativa que você concorda:

() Os índios devem permanecer vivendo da forma como sempre viveram no meio da floresta, falando sua própria língua e praticando seus rituais.

() Os índios devem se integrar a nossa sociedade (de não índios), e viver como nós vivemos, falando a nossa língua.

() Os índios devem ter acesso a educação através de ensino específico para os índios sem perder o seu modo de vida tradicional.

() outros, quais?

11) Você acha que a floresta que tem na reserva ajuda em alguma coisa? O quê?

12) Você acha que a floresta que tem na reserva da FUNAI atrapalha em alguma coisa? O quê?

13) Você sabe se nascem rios na reserva da FUNAI?

() Sim

() Não

Se sua resposta for sim, quais são estes rios?

14) Você acha que os rios da região onde você mora ajudam a formar outros rios?

() Sim

() Não

15) Você acha que os rios da região onde você mora ajudam no abastecimento de água das cidades de Rondônia?

Sim

Não

16) Você acha que os rios da região onde você mora contribui para a geração de energia elétrica?

Sim

Não

17) Desenhe a reserva da FUNAI

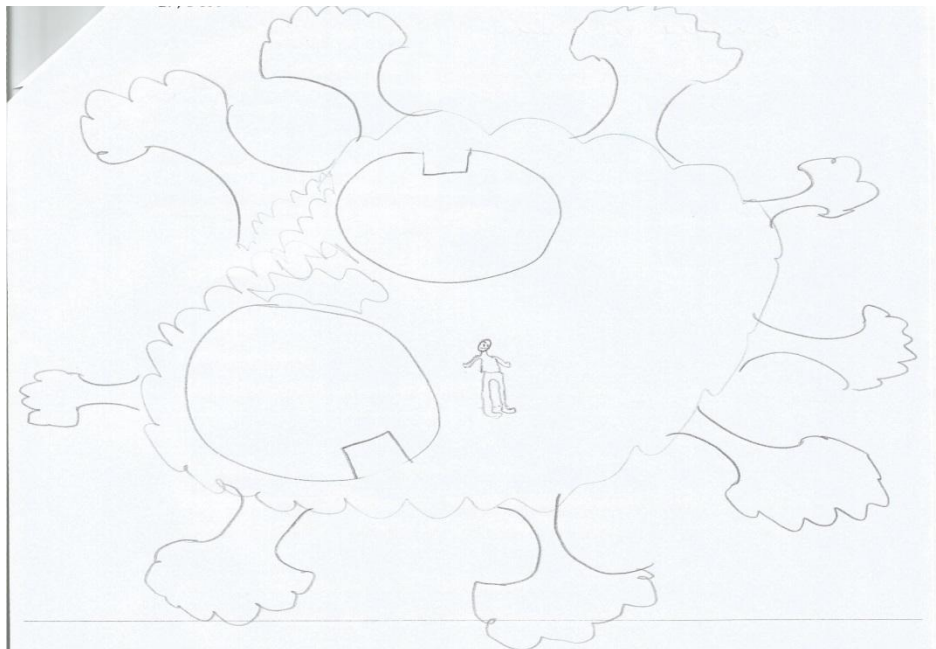
18) Explique o seu desenho

ANEXO

ANEXO A – Desenho de V. M. V. 11 anos, E. M. E. F. Caramuru.



ANEXO B - Desenho de J. A. B. O., 13 anos, E. M. E. F. Caramuru.



ANEXO C – Desenho de B. L. M. P., 12 anos, E. M. E. I. E.F. D'Jaru Uaru.



ANEXO D – Desenho de G. A. S., 14 anos, E. M. E. I. E.F. D'Jaru Uaru.



ANEXO E – Desenho de L. F. O., 12 anos, E. M. E. I. E.F. D'Jaru Uaru.



ANEXO F – Desenho de L. V. 12 anos, E. M. E. I. E.F. D'Jaru Uaru.



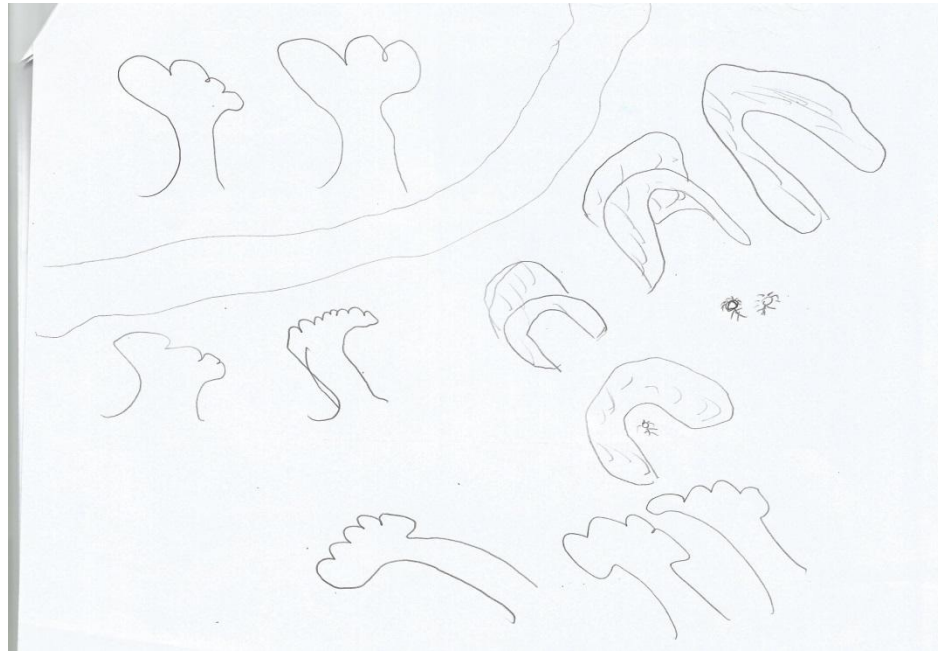
ANEXO G – Desenho de P., 12 anos, E. M. E. I. E.F. D'Jaru Uaru.



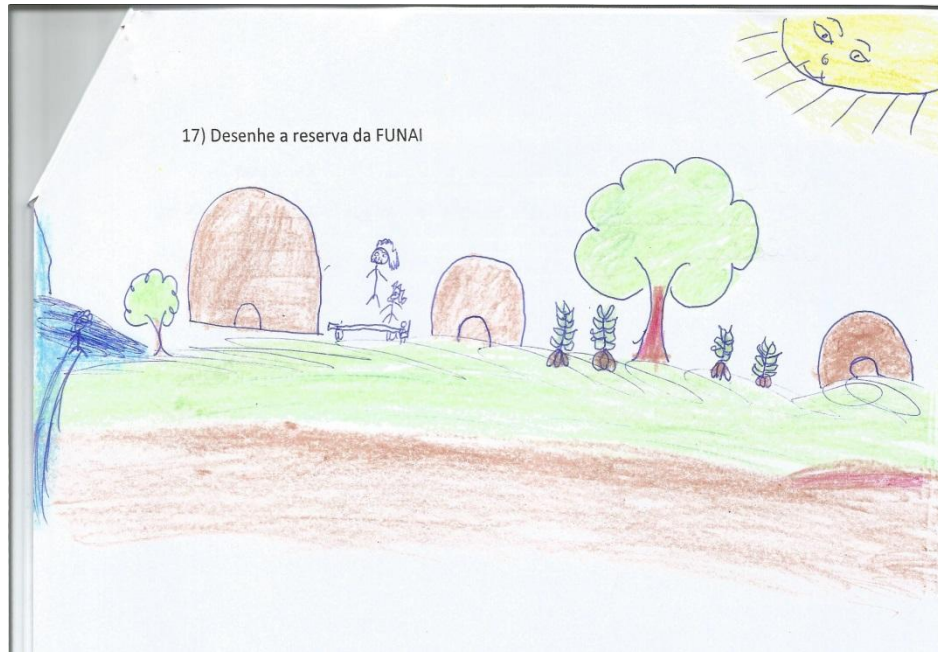
ANEXO H – Desenho de W. T., 11 anos, E. M. E. I. E.F. D'Jaru Uaru.



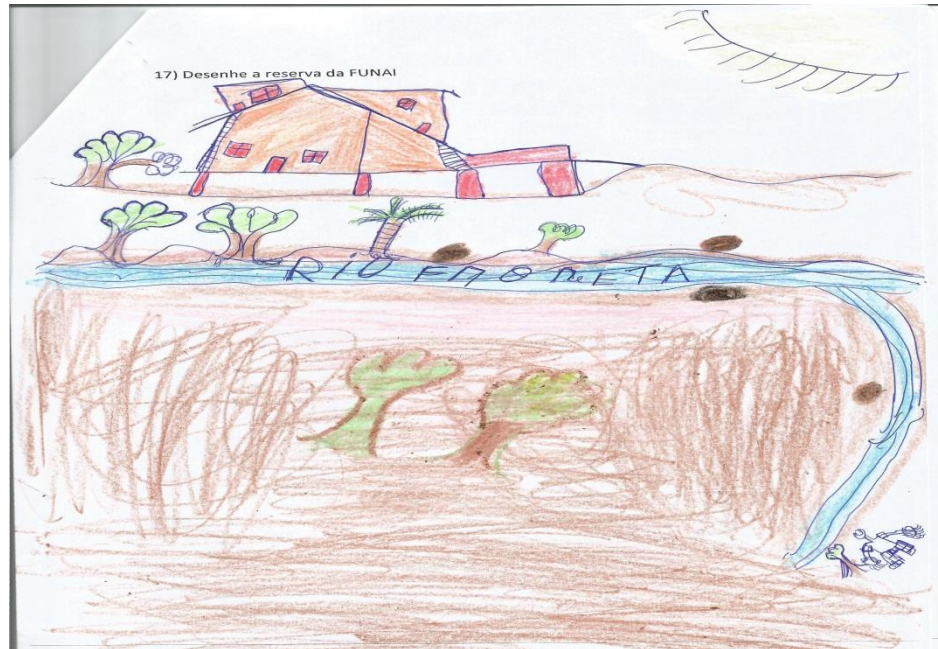
ANEXO I – Desenho de A. R. G. F., 11 anos, E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima.



ANEXO J – Desenho de A. B. B., 12 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



ANEXO K - Desenho de E., 12 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



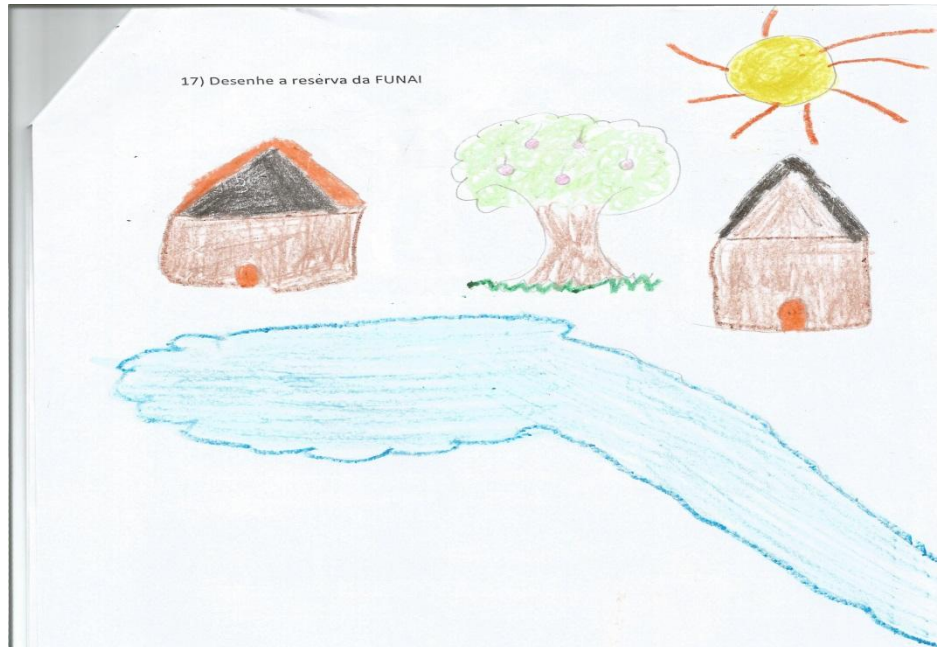
ANEXO L – Desenho de M. R. N., 12 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



ANEXO M – Desenho de E. T. S., 14 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



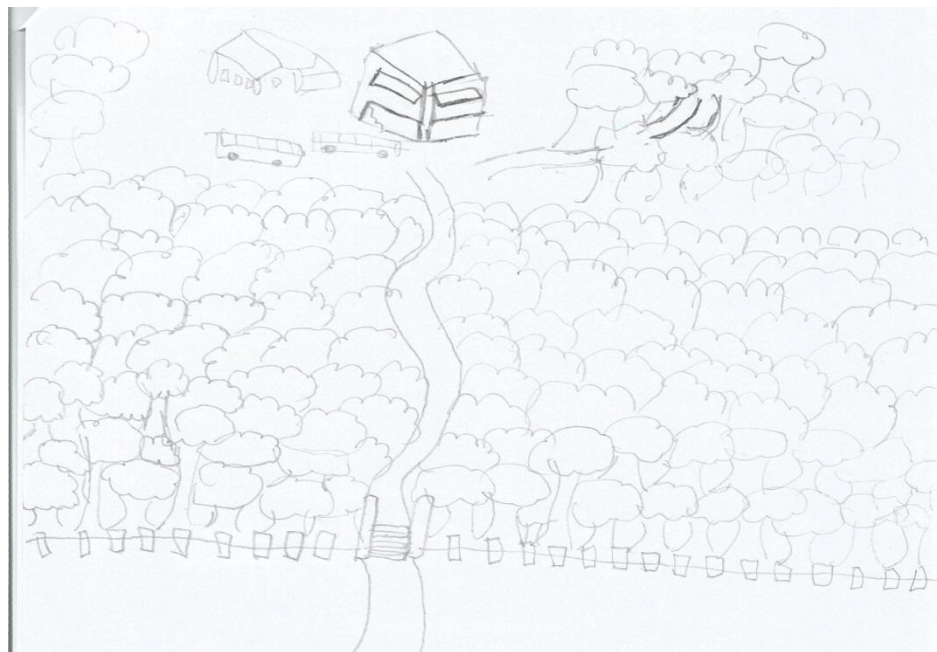
ANEXO N – Desenho de G. S. R., 13 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



ANEXO O - Desenho de R. P. C. V., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



ANEXO P – Desenho de S. B. A., 11 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



ANEXO Q – Desenho de S. P. S., 11 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



ANEXO R – Desenho de T. D. P., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



ANEXO S – Desenho de D. Z. M., 12 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.



ANEXO T – Desenho de E. F. C., 12 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.



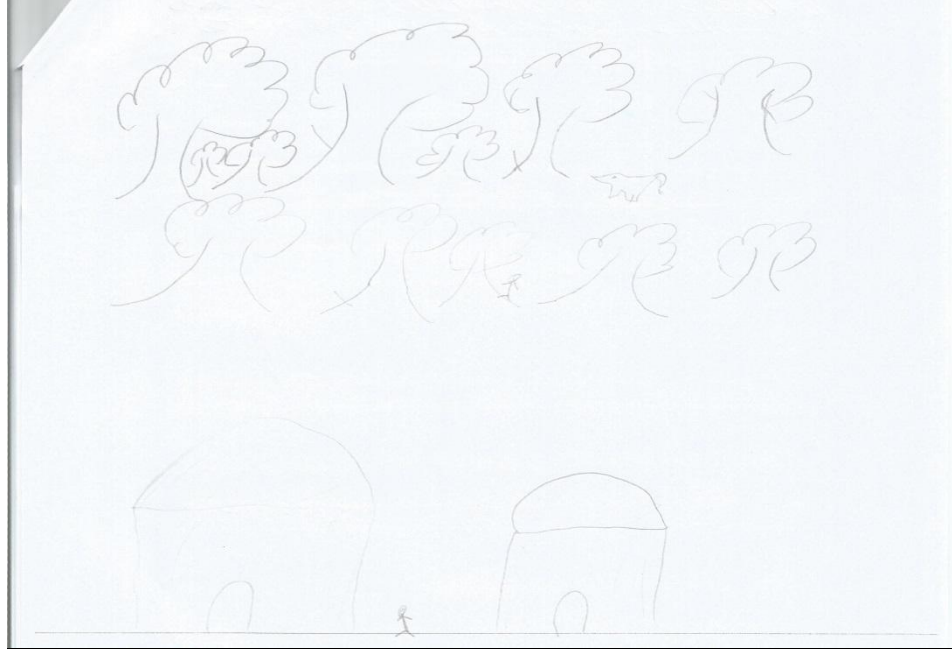
ANEXO U – Desenho de E. A. M., 12 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.



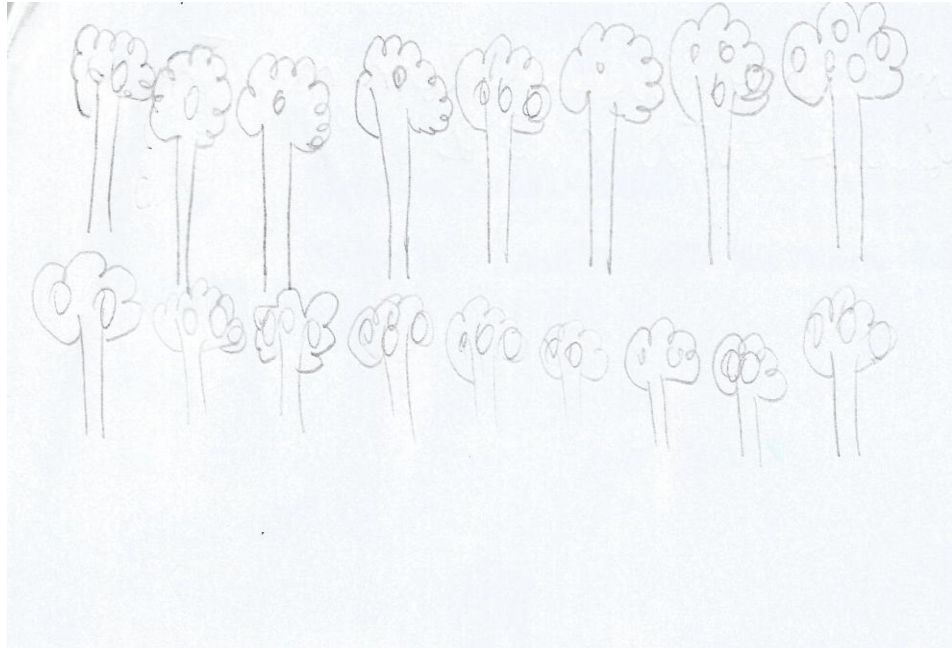
ANEXO V – Desenho de G. P. S., 14 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia



ANEXO X – Desenho de I. F. S., 11 anos, E. M. E. F. Sued Alves.



ANEXO Y – Desenho de N. L. O. F., 12 anos, E. M. E. F. Sued Alves.



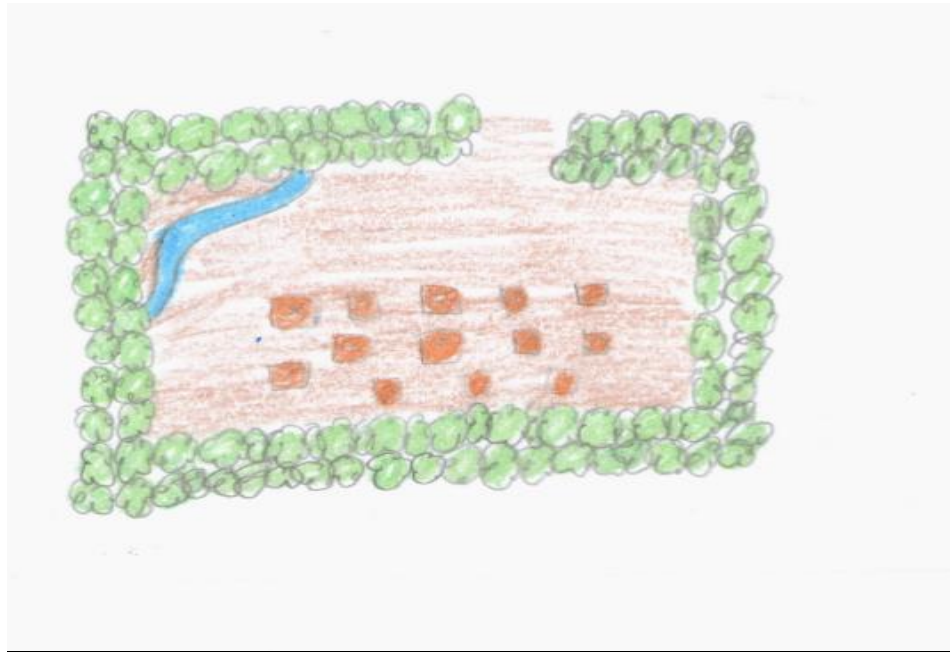
ANEXO W – Desenho de C., 11 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.



ANEXO Z – Desenho de C. A. S., 12 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.



ANEXO AA – Desenho de C. M. S., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima.



ANEXO BB – Desenho de D. F., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



ANEXO CC – Desenho de D. F. A. G., 12 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



ANEXO DD – Desenho de D. S. A., 12 anos, E. M. E. F. Caramuru.



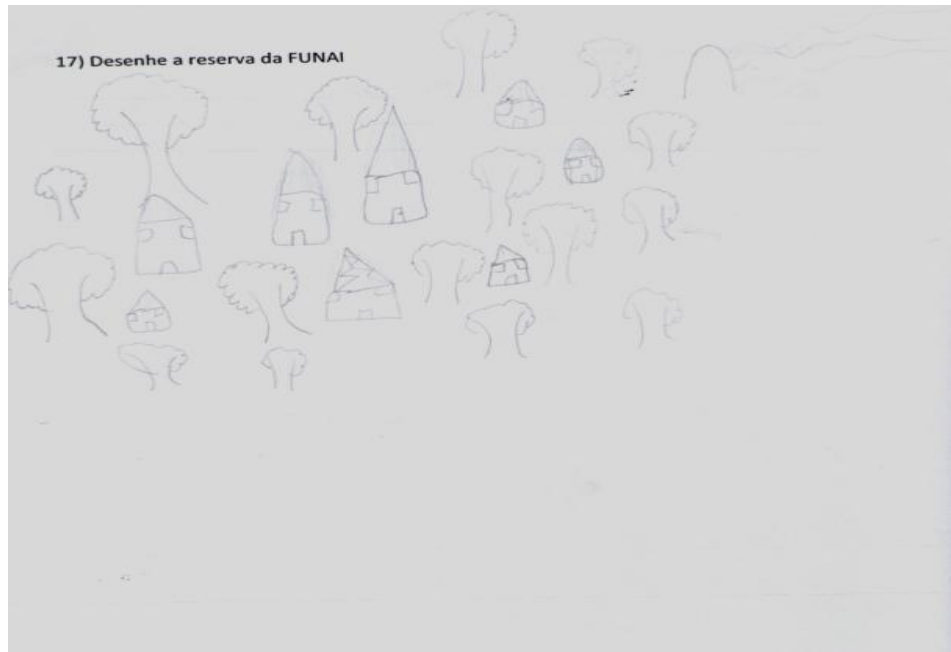
ANEXO DD – Desenho de D. S. S., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



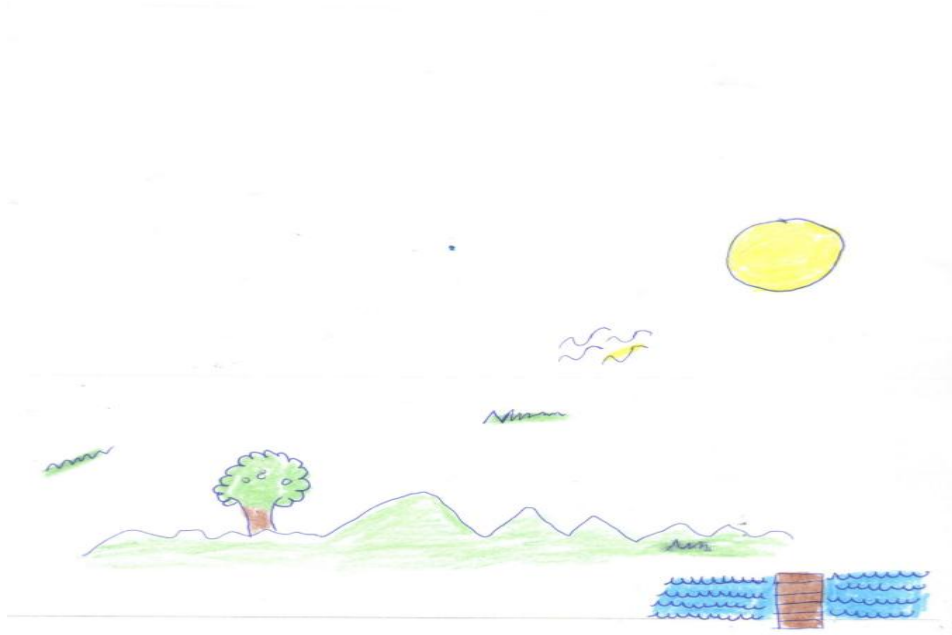
ANEXO EE – Desenho de E. B., 11 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



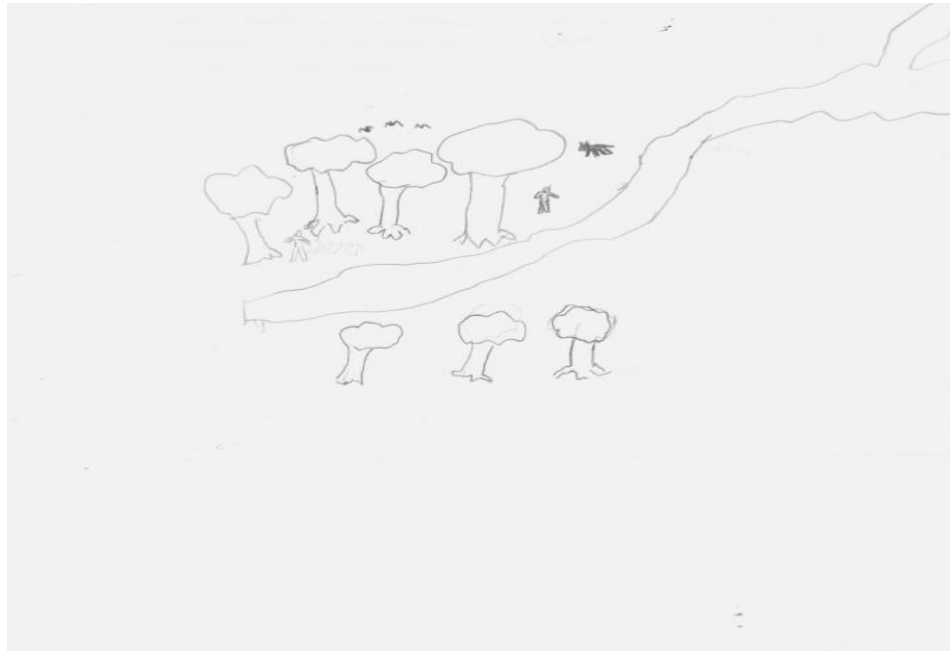
ANEXO FF – Desenho de E. S. G., 11 anos, E. M. E. F. Sued Alves.



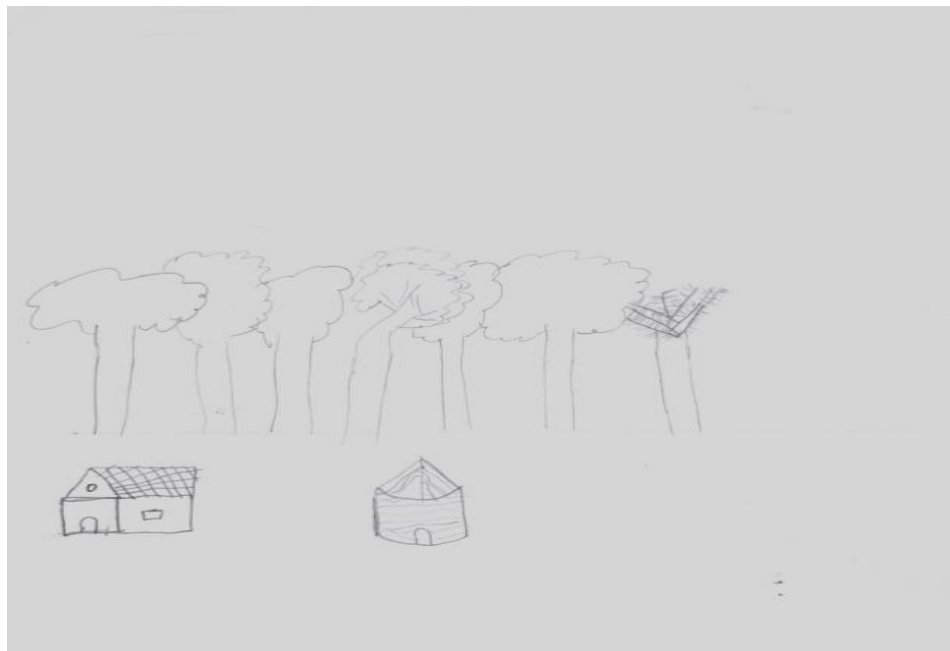
ANEXO GG – Desenho de G. K. R. T., 10 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.



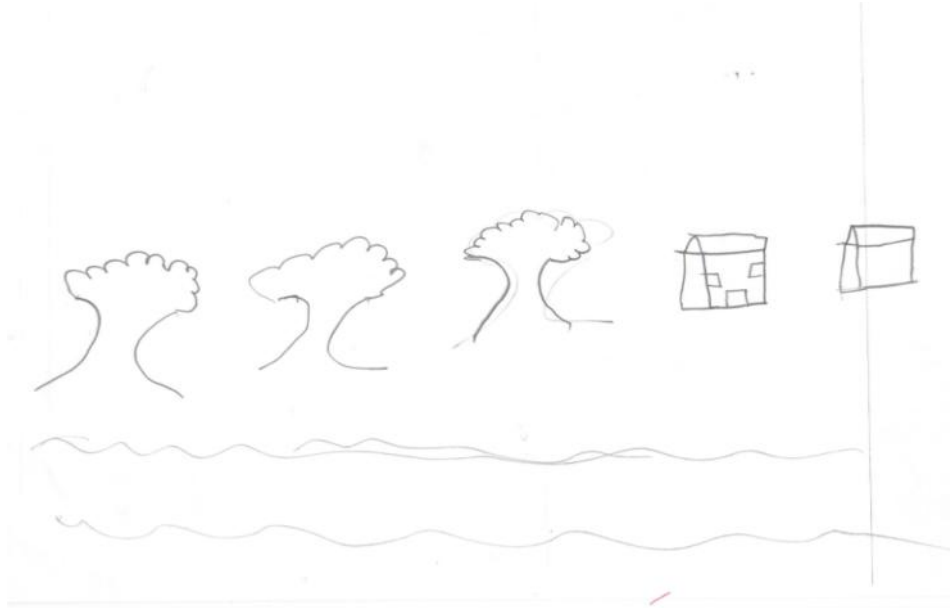
ANEXO HH – Desenho de G. S. E., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima.



ANEXO II – Desenho de I. K., 12 anos, E. M. E. F. Sued Alves.



ANEXO JJ – Desenho de J., 14 anos, E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima.



Anexo KK – Desenho de J. C. P., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Olavo Bilac.



ANEXO LL – Desenho de J. C. S., 12 anos, E. M. E. F. Caramuru.



ANEXO MM – Desenho de J. G. F. S., 13 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



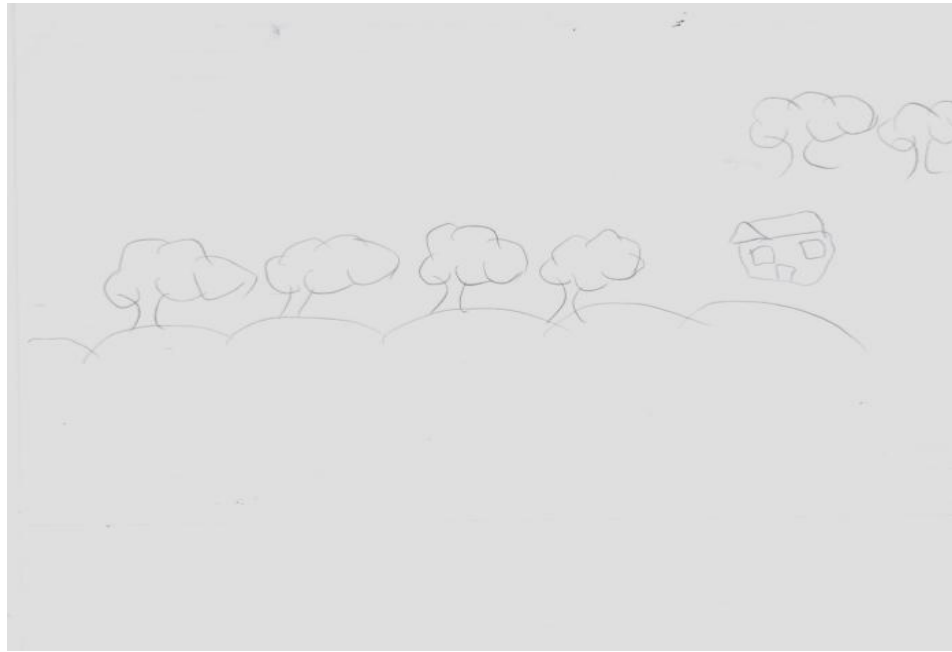
ANEXO NN – Desenho de K. C. S., 11 anos, E. M. E. F. Caramuru.



ANEXO OO – Desenho de L. C. A., 12 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



ANEXO PP – Desenho de L. S. O., 11 anos, E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima.



ANEXO QQ – Desenho de M. G. S., 13 anos, E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima.



ANEXO RR – Desenho de P. D. H. F., 12 anos, E. M. E. F. Justino Luiz Ronconi.



ANEXO SS – Desenho de S. S., S. 12 anos, E. M. E. I. E. F. D'Jaru Uaru.



ANEXO TT – Desenho de T. A. P. S., 12 anos, E. M. E. F. Sued Alves.



ANEXO UU – Desenho de T. S. P., 11 anos, E. M. E. F. Santa Lúcia.



ANEXO VV – Desenho de V. V. F., 12 anos, E. M. E. I. E. F. Jorge de Lima.

